



PLANO ESTRATÉGICO



**GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA
SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**PORTARIA NORMATIVA Nº 05/Gabinete de Intervenção Federal (GIF), DE 29
DE MAIO DE 2018**

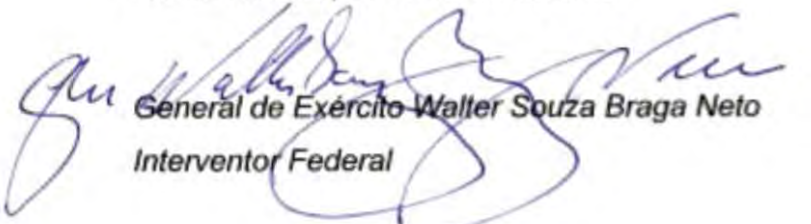
**Aprova o Plano Estratégico da
Intervenção Federal na Área da
Segurança Pública do Estado do Rio
de Janeiro (1ª Edição/ 2018).**

O Interventor Federal na Área da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro no uso da atribuição que lhe é conferida pelo DECRETO Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que institui a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico da Intervenção Federal (1ª Edição/2018).

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018


General de Exército Walter Souza Braga Neto
Interventor Federal

GIFRJ



GABINETE DE
INTERVENÇÃO
FEDERAL



**GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Gabinete de Intervenção Federal na Segurança
Pública do Estado do Rio de Janeiro – GIF/RJ**



INTERVENTOR FEDERAL

Gen Ex Walter Souza Braga Neto

CHEFE DA SECRETARIA DA INTERVENÇÃO FEDERAL

Gen Div Mauro Sinott Lopes

SUB-CHEFE DA SECRETARIA DA INTERVENÇÃO FEDERAL

Gen Bda Paulo Roberto Rodrigues Pimentel

CHEFE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Gen Div Laélcio Soares de Andrade

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gen Div Richard Fernandez Nunes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Delegado David Anthony Gonçalves Alves

SECRETÁRIO DE DEFESA CIVIL

Coronel Roberto Robadey Costa Junior - Cel BM

ASSESSORIAS FUNCIONAIS

Carlos Augusto Ramires Teixeira – Cel (EB) (INTELIGÊNCIA)

Almir Pinto de Lima – Cel (FAB) (PESSOAL)

Rubens Golçalves – Cel (FAB) (LOGÍSTICA)

Júlio Cesar Franco Da Costa – CMG (MB) (PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES)

Jonas de Oliveira Santos Filho – Cel (EB) (PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES)

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

Carlos Eduardo De Franciscis Ramos - Cel (EB)

Abner de Oliveira e Silva - Cel (EB)

Leonardo Sanches Santos - Maj (EB)

R175p Ramos, Carlos Eduardo De Franciscis

Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal -
2018 . / Carlos Eduardo de Franciscis Ramos. Abner de Oliveira
e Silva. Leonardo Sanches Santos. – 2018.

xx.p ; II.

ISBN: 978-85-64844-02-5

1. INTERVENÇÃO. 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.
3. GESTÃO. I. Título. II. Autor.

CDD 658

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO (PREAMBULO)	7
2. CONCEITO OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO	8
3. METODOLOGIA ADOTADA	11
4. MISSÃO DO GIF/RJ	14
5. PRINCÍPIOS, CRENÇAS E VALORES	14
6. DIRETRIZES DO INTERVENTOR FEDERAL	15
7. PECULARIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ	17
8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	20
a. AMBIENTE EXTERNO.....	20
b. AMBIENTE INTERNO.....	21
9. VISÃO DE FUTURO PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ	22
10. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	22
11. MAPA ESTRATÉGICO DA INTERVENÇÃO	24
12. QUADRO RESUMO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	26
13. ORÇAMENTO E FINANÇAS	38
14. PLANO DE GESTÃO DO GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL	39
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
ANEXO “A” - ANÁLISE DA MATRIZ SWOT (DOFA)	80

GIFRJ



GABINETE DE
INTERVENÇÃO
FEDERAL



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Intervenção Federal na Segurança
Pública do Estado do Rio de Janeiro – GIF/RJ



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – GIF/RJ

1. APRESENTAÇÃO (PREAMBULO)

Este documento tem por finalidade estabelecer as bases do planejamento estratégico e de gestão das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – GIF/RJ, instituído em decorrência do Decreto Nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018, que Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de **pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**, com prazo fixado até 31 de dezembro de 2018. Tudo em consonância com o estabelecido no Capítulo III, do Título V da Constituição Federal e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

O GIF/RJ é o órgão de planejamento, coordenação e controle a serviço do Interventor Federal. Em ligação direta com o Interventor Federal, além do seu Gabinete pessoal, as assessorias de Comunicação Social, Jurídica e de Controle Interno proporcionam o assessoramento oportuno e tempestivo no relacionamento e comunicação com sociedade para os assuntos da Intervenção, no respeito ao ordenamento jurídico nacional e na fiscalização administrativa e financeira do emprego dos recursos disponibilizados pelo governo federal. Está organizado em duas secretarias: a Secretaria de Intervenção Federal (SIF) e a Secretaria de Administração e Finanças (SAF). A primeira é a encarregada de realizar todos os planejamentos e coordenações das ações específicas atinentes à Intervenção Federal, escopo deste Planejamento Estratégico. A segunda tem sua atuação específica na execução orçamentária e na administração financeira, constituindo, para isso, uma Unidade Gestora (UG) da Administração federal, que, conforme Planejamento Estratégico aprovado pelo Interventor Federal, executará as ações necessárias à consecução do objetivo estabelecido no citado Decreto. Atuam ainda no GIF, de forma cooperativa com os objetivos da Intervenção Federal, representantes das já citadas Secretarias de Governo e dos OSP do Estado do Rio de Janeiro.

O GIF/RJ é uma estrutura *“ad hoc”* estabelecida para o atendimento às ações do Interventor e organizada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e no Comando Militar do Leste (CML), com os meios de pessoal e material necessários à condução das atividades atinentes à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, conforme o quadro abaixo:

Figura 01 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal, GIF/RJ.



Fonte: Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

2. CONCEITO OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO

A fim de estabelecer as atribuições e as áreas de atuação dos diversos órgãos e instituições envolvidas nas ações da intervenção federal, seu diagrama de relacionamento nos diversos níveis de governo, bem como os eixos de atuação da Intervenção Federal, é necessário fixar um conceito operacional da intervenção.

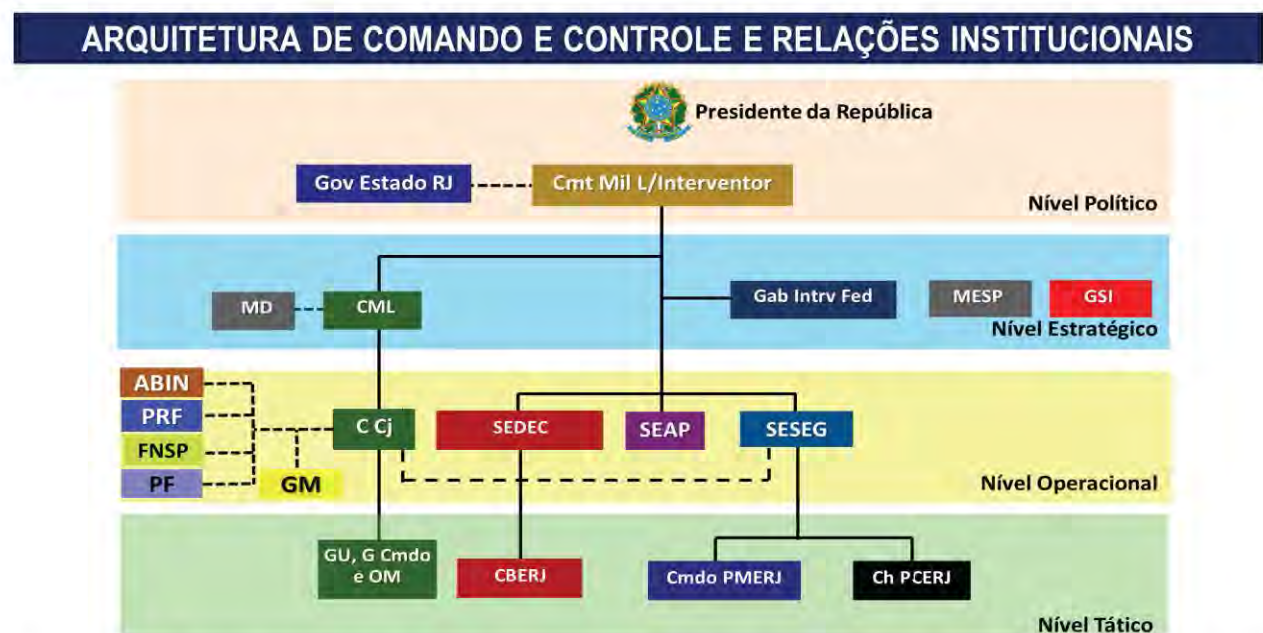
O Interventor equivale ao Governador do Estado do RJ para todos os assuntos referentes à segurança pública, ou seja, é o governador para estes assuntos, respondendo diretamente ao Presidente da República, conforme estabelece o Decreto Nº 9.288 de 2018. Assim fica definido o nível político nas esferas de governo estadual e federal. Fica também estabelecido nesse nível, que a gestão da aplicação dos recursos federais disponibilizados para as ações da intervenção são de competência do Interventor e executado por meio da Secretaria de Administração e Finanças do GIF/RJ.

O Gabinete de Intervenção Federal (GIF) e o Comando Militar do Leste (CML), em estreita ligação com os Ministérios da Defesa (MD), Extraordinário da Segurança Pública (MESP) e com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), são os responsáveis pela coordenação e integração das ações que viabilizarão a Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, compondo o nível estratégico da intervenção. Os objetivos, estratégias, metas e planos de ação que compõe este plano estratégico foram definidos neste nível, em coordenação e de forma integrada com os planejamentos do Comando Conjunto (C Cj) e das secretarias de governo do Estado: Secretaria de Segurança (SESEG), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Defesa Civil (SEDEC).

Juntamente com Comando Conjunto (C Cj) e as citadas secretarias do Estado do Rio de Janeiro, as agências federais representadas pela Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e municipais representadas pelas Guardas Municipais (GM) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, compõe o nível operacional da Intervenção Federal com forte característica interagências em todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal. O nível tático é composto pelas tropas federais das Forças Armadas adjudicadas ao C Cj e pelos OSP do Estado do RJ, nominalmente: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMRJ) e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

A arquitetura de comando, controle e relações interinstitucionais, está demonstrada no diagrama de relacionamento representado na figura a seguir.

Figura 02 – Arquitetura de Comando, Controle e Relações Interinstitucionais da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Considerando o tempo destinado à intervenção e o caráter transversal dos assuntos de segurança pública em diversas áreas funcionais, o planejamento das ações da intervenção tem seu contorno definido pelo tempo, complexidade e abrangência das ações necessárias a pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Nesse sentido, o planejamento da intervenção contempla ações emergenciais (curto prazo), e ações estruturantes (médio e longo prazo), abrangendo as “áreas funcionais” de pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento, comunicação social, relações institucionais e administração e finanças (Figura 03).

Estas áreas funcionais estão representadas nas diretorias e coordenadorias componentes das Secretarias de Intervenção Federal e de Administração e Finanças, conforme Figuras 1. Tudo isso em coordenação com as secretarias de governo (SESEG, SEAP, SEDEC) e os Órgãos de Segurança Pública (OSP). Destaca-se a imperiosa necessidade de que a relação entre as áreas nominadas seja realizada de forma matricial.

Figura 03 – Áreas funcionais de abrangência das ações da Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do RJ



Fonte: Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do RJ, 2018.

Em síntese, as atividades de Segurança Pública, Administração Penitenciária e de Defesa Civil serão planejadas e efetivadas por suas secretarias, por intermédio dos OSP e demais instituições. Sempre que necessário, contarão com a cooperação de tropas das Forças Armadas adjudicadas ao C Cj, já empregadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Rio de Janeiro conforme estabelece o Decreto publicado em 27 de julho de 2017. Essas atividades serão executadas a partir de dois eixos de atuação: Segurança Pública e Defesa.

No eixo da Segurança Pública, estão as atividades desenvolvidas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Guarda Municipal, bem como pelos responsáveis pela coordenação, integração ou apoio a essas instituições e relacionadas a instrumentos de prevenção, de coação e de justiça. Serão contempladas ações de polícia ostensiva, preservação da ordem pública e ordenamento urbano; segurança viária e controle de tráfego; segurança de infraestruturas críticas; polícia judiciária; polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; inteligência e defesa civil.

No eixo da Defesa, estão as atividades desenvolvidas pelo Comando Conjunto das Forças Armadas, ativado para as ações de GLO no Estado do Rio de Janeiro, sendo contempladas ações de operações aéreas; ações marítimas e fluviais; ações de transporte aéreo logístico; fiscalização de produtos controlados; proteção de estruturas estratégicas; policiamento ostensivo (em reforço aos OSP); operações especiais (com tropas especializadas das Forças Armadas e dos OSP) e Assistência Militar (contemplando protocolos de entendimento e coordenação institucionais).

Em suporte às ações desenvolvidas nos dois eixos de atuação, as ações de inteligência deverão produzir conhecimentos estratégicos, operacionais e táticos, visando subsidiar o planejamento e as ações de segurança pública e de defesa, bem como, assessorar o processo decisório do Interventor Federal. A coordenação dos órgãos de Inteligência, com base em um planejamento integrado e apoiado em meios de tecnologia da informação eficazes, proporcionará informações seguras e oportunas visando ampliar a qualidade dos conhecimentos produzidos em proveito ações da intervenção.

Destaca-se ainda, que Intervenção Federal na área da Segurança Pública do Estado do RJ contemplará ações em todo o Estado, tanto na capital e região metropolitana, como nos municípios do interior.

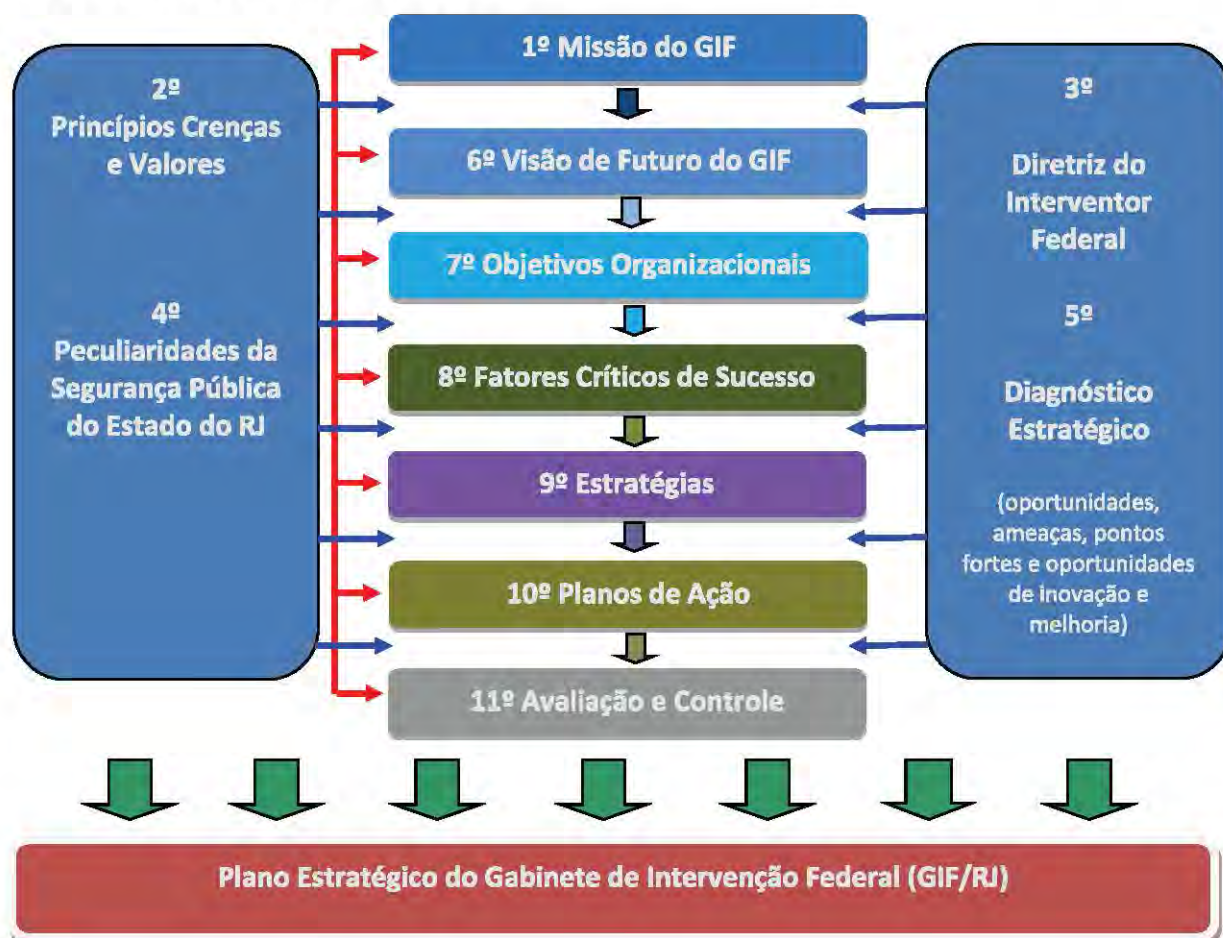
É com base neste conceito operacional que o planejamento estratégico e de gestão às ações da Intervenção Federal na área da Segurança Pública do Estado do RJ está estruturado.

3. METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia aplicada na elaboração deste plano tem como base o Modelo de Excelência na Gestão Pública do Exército Brasileiro (MEGP-EB) adaptado e customizado ao caráter extraordinário da Intervenção Federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (Figura 4).

O planejamento de gestão do GIF/RJ tem um caráter integrador e de complementaridade aos demais planos de gestão das secretarias de governo da área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública (SESEG), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Defesa Civil (SEDEC). O Plano de Gestão do GIF/RJ contemplará também objetivos específicos e planos de ação em proveito do C Cj das Forças Armadas, ativado para as ações de GLO e demais agências participantes nas ações da intervenção.

Figura 04 – Esquema gráfico da metodologia do plano de Gestão do Gabinete da Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do RJ



Fonte: Equipe de Planejamento e Gestão do GIF/RJ, 2018, adaptado do Modelo de Excelência na Gestão Pública do Exército Brasileiro (MEGP-EB).

O Planejamento Estratégico da Intervenção Federal tem como elemento inicial a missão estabelecida pela Presidência da República e materializada no Decreto Nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018, que Decreta a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Da análise desta missão, o interventor emite suas diretrizes e fixa os princípios, crenças e valores institucionais, que são perenes e impactam em todas as etapas do processo de planejamento, compondo o ambiente organizacional interagências caracterizado na Intervenção Federal, conforme o diagrama de relacionamenro apresentado na Figura 2.

Após um estudo das peculiaridades da Segurança Pública no Estado, com ênfase em sua evolução histórica até uma análise da conjuntura que compõe o cenário atual, aliado a um diagnóstico estratégico, fruto de observação e reflexão dos ambientes externo e interno, fica estabelecida a base de entendimento, conhecimento e informações necessárias para a definição da visão de futuro da Intervenção Federal e dos objetivos estratégicos que irão balisar o planejamento em prol da missão estabelecida.

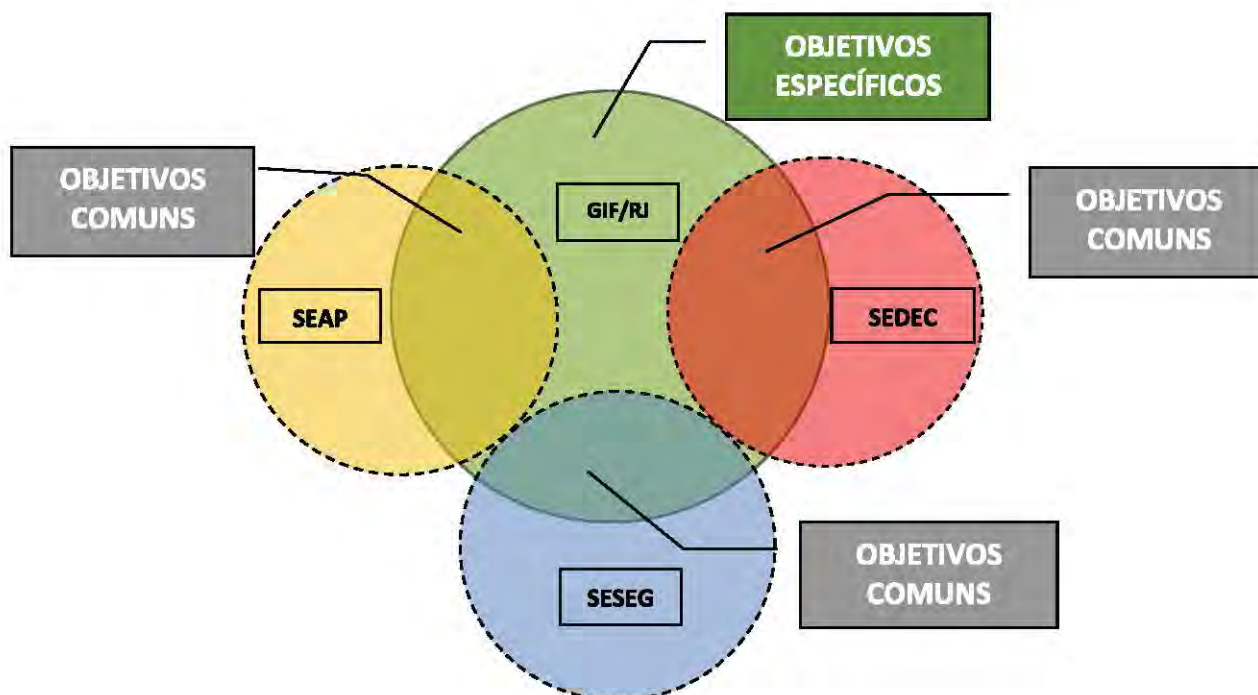
Nesse sentido, a identificação dos fatores críticos de sucesso para cada objetivo estratégico definido é fundamental para o estabelecimento das estratégias que serão adotadas pelo GIF visando a consecução de cada objetivo fixado. Desta forma, considerando a complexidade da Intervenção Federal, os recursos necessários e disponíveis e o tempo fixado pelo dispositivo legal já explicitado, há necessidade de fixação de metas compatíveis e realísticas para cada estratégia, com indicadores de desempenho mensuráveis ou somente de controle, de modo a direcionar as ações que serão planejadas pelos diversos atores que compõe o diagrama de relacionamento da Intervenção Federal, contemplando suas áreas funcionais de atuação, compondo assim, os planos de ação.

Os planos de ação contemplarão, em boa parte, planos setoriais para cada ação estabelecida. Destaca-se nestes planos a relevância da mensuração qualificada dos recursos necessários, de forma a balizar o Plano de Execução Orcamentária do GIF, sob responsabilidade da Secretaria de Administração e Finanças.

Contempla ainda nesse planejamento estratégico, a avaliação e controle das ações planejadas, de forma a permitir a consolidação e elaboração ao final da Intervenção Federal do Relatório de Gestão, do Plano de Transição e do Plano de Legado. O Relatório de Gestão contemplará a comprovação da aplicação dos recursos recebidos nas atividades estabelecidas nesse planejamento estratégico. O Plano de Transição regulará todas as atividades de passagem da atribuição da gestão da área de Segurança Pública do Estado do RJ. Deverá contemplar, dentre outros aspectos, a transferência patrimonial (móvel e imóvel) e de responsabilidade operacional e administrativa das atividades que compõe a segurança pública do Estado. Quanto ao Plano de Legado, este visa documentar e contabilizar o que foi realizado no período da Intervenção Federal, por meio de suas ações emergenciais e estruturantes e que ficará como legado para a área de Segurança Pública do Estado do RJ, nos moldes do elaborado por ocasião dos grandes eventos, especificamente na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Para isso, o horizonte temporal estabelecido para este plano é o período enquanto durar a intervenção federal, ou seja, pelo Decreto supracitado, até 31 de dezembro de 2018. Desta forma, para este período serão priorizadas as ações fundamentais, tanto emergenciais como estruturantes, necessárias à consecução dos objetivos estratégicos da Intervenção Federal. Os objetivos estratégicos deste plano poderão ser específicos, do GIF/RJ, ou comuns, aos planejamentos já realizados ou ainda em execução nas secretarias de governo do Estado do RJ (Figura 05). No prosseguimento, de acordo com o horizonte temporal estabelecido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, as secretarias de governo retificarão e ratificarão seus planejamentos estratégicos, considerando os objetivos comuns como alcançados por meio das ações emergenciais e estruturantes já realizadas ou implantadas e deixadas como legado da Intervenção Federal.

Figura 05 – Diagrama de relacionamento do Plano de Gestão do GIF/RJ com os demais Planos de Gestão da área de segurança pública do Estado do RJ.



Fonte: Equipe de Planejamento e Gestão do GIF/RJ, 2018.

4. MISSÃO DO GIF/RJ

A fim de contribuir com o estabelecido no Decreto de Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do RJ, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do RJ, planejar, coordenar e executar ações que busquem efetivamente a recuperação da capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP, com a diminuição dos índices de criminalidade, aumentando a sensação de segurança na sociedade fluminense e garantindo um ambiente seguro e estável.

5. PRINCÍPIOS, CRENÇAS E VALORES

Os princípios, crenças e valores que devem fundamentar a conduta dos participantes do planejamento e da execução, das ações atinentes à Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do RJ são:

a. **COMPLEMENTARIDADE**: possibilidade de instituições com atribuição específica para desempenhar determinada tarefa serem apoiadas por outras, de forma complementar e cooperativa, sempre que as circunstâncias exigirem.

b. **COOPERAÇÃO**: conjugação de esforços e interesses para a consecução de objetivos, tarefas, propósitos ou missões comuns. É obtida por meio da harmonia de esforços de organizações distintas visando alcançar um mesmo fim, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções. Otimiza os resultados, aumenta a eficácia das ações e evita interferência mútua, não caracterizando subordinação entre as instituições.

c. **EFETIVIDADE**: capacidade que tem uma organização de cumprir, de maneira adequada e com economia de meios, todas as suas atribuições previstas.

d. **EXCELÊNCIA TÉCNICA**: capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos para atuarem de maneira qualificada, dentro de padrões internacionais de atuação e de respeito às leis em vigor, valendo-se, para tanto, de equipamentos e sistemas modernos capazes de garantir a prestação de serviços no mais alto nível.

e. **INTEGRAÇÃO**: atuação conjunta, articulada e coordenada entre as Forças Armadas, OSP, SEAP e demais agências que, de forma direta ou indireta, participam das ações atinentes à área de segurança pública, respeitando-se as competências legais específicas desenvolvidos.

f. **INTEROPERABILIDADE**: capacidade das organizações e dos sistemas intercambiarem serviços e informações sem o comprometimento de suas funcionalidades.

g. **LIDERANÇA SITUACIONAL**: situação temporária que atribui, de maneira consensual, a uma instituição que possua atribuição legal para o cumprimento de determinada tarefa, a coordenação das ações integradas, respeitadas as atribuições dos demais órgãos envolvidos.

h. **RESPEITO À DIVERSIDADE E À DIGNIDADE HUMANA**: fundamento constitucional que assegura o exercício dos direitos sociais e individuais e a liberdade de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

6. DIRETRIZES DO INTERVENTOR FEDERAL

É intenção do Interventor de que o objetivo da Intervenção Federal na área de segurança pública, de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, seja alcançado por meio de ações emergenciais e estruturantes, nas diversas áreas funcionais (pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento, comunicação social, relações institucionais e administração e finanças),

a fim de contribuir para a recuperação da capacidade operativa dos OSP e para a diminuição dos índices de criminalidade no Estado.

Por ocasião do emprego das Forças de Segurança (tropas das FA adjudicadas ao C Cj e OSP), no período em que vigorar a Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, a intenção é de que haja a máxima efetividade nas ações de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e que as ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) transcorram com a prevalência dos princípios da massa, da legitimidade, do engajamento seletivo e da segurança, sendo recomendado o exercício da liderança (ação de comando) em todos os níveis das frações constituídas das FA ,OSP e da SEAP.

Quando necessário, o emprego da força deve se pautar pelos princípios de legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e seletividade. Todas as ações deverão manter-se dentro dos limites do Estado de Direito e do restrito respeito às leis em vigor.

Os integrantes do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) devem pautar pela imperativa manutenção do bom relacionamento com os seus congêneres das secretarias (SESEG, SEAP e SEDEC) e dos OSP nas diversas áreas funcionais.

É necessário o estabelecimento de protocolos buscando a integração entre os setores de inteligência das diversas secretarias de governo (SESEG, SEAP e SEDEC) e dos OSP do Estado (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e destes, de forma colaborativa, com as demais instituições participantes do esforço da Intervenção Federal. Nesse sentido, espera-se catalizar esforços, com economia de meios e máximo aproveitamento das informações processadas.

No intuito de combater os devios de conduta e a corrupção, realizando investigações na busca de solução e/ou encaminhamento de denúncias de crimes praticados pelos integrantes das forças de segurança do Estado, a valorização e o reforço às atividades correcionais desencadeadas pelas diversas corregedorias dos OSP do Estado é uma ação estruturante a ser realizada, na medida em que serão revisadas e potencializadas as competências e a independência do Corregedor em cada instituição.

A busca pela melhor comunicação com a sociedade é uma diretiva na medida em que a segurança pública é assunto de interesse e de apreensão de toda sociedade fluminense. Para isso, o estabelecimento de protocolos de comunicação social entre as secretarias de governo (SESEG, SEAP e SEDEC) e dos OSP do Estado (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e destes, de forma colaborativa, com as demais instituições participantes do esforço da Intervenção Federal. Desta forma, deve-se proporcionar uma comunicação eficiente, eficaz e esclarecedora dos assuntos da Intervenção Federal e suas ações na área de segurança pública do Estado. Destaca-se ainda, que as forças de segurança do Estado estão em contato diário com a população e são importante instrumento de comunicação social, por meio de suas atitudes, postura e competência demonstrados.

O estado final desejado pelo Interventor Federal é a diminuição dos índices de criminalidade, com aumento na percepção de sensação de segurança por parte da população do Estado do Rio de Janeiro, em consequência da recuperação da capacidade operativa dos OSP como instituições de Estado.

7. PECULARIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), no mundo, a criminalidade organizada gera um lucro anual de cerca de \$870 bilhões de dólares, representando uma ameaça, tanto para a paz mundial, quanto à segurança das comunidades.

No Brasil, a Política Nacional de Inteligência (PNI), editada em 2016, evidenciou, tanto a criminalidade organizada, quanto a corrupção entre as principais ameaças à integridade da sociedade. A seguir, a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT), publicada em 2017, caracterizou o potencial e a capacidade da criminalidade organizada de pôr em perigo a segurança nacional, sendo um óbice que ameaça a todos os Estados e cuja incidência, em sua vertente transnacional, reforça a necessidade de aprofundar a cooperação.

Nas últimas quatro décadas o Estado do Rio de Janeiro sofreu com inúmeras crises na segurança pública e agora vive seu capítulo mais agudo com a decretação da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado.

As raízes do crime organizado tem sua origem ainda na década de 70, provavelmente no presídio da Ilha Grande. O surgimento dessa primeira organização criminosa é contemporâneo à fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro (1975). Com a abertura política na década seguinte (1984) e a eleição de governos populistas, além da escalada do tráfico de drogas da região andina do continente, proporcionada pelos cartéis do tráfico, o crime se fortaleceu. Ou seja, a perda de capacidade econômica do Estado, a relativização do combate às ações criminosas e o incremento e sofisticação do tráfico internacional de drogas foram, em boa medida, os vetores de sucessivas crises na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro nas décadas seguintes.

Fruto de dissidências do Comando Vermelho surgem outras organizações criminosas, os Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando (TC). Inicialmente ambos associaram-se, por fim, após traição de integrantes ADA, materializado pelo sangrento episódio ocorrido em Bangu 01, no ano de 2002, surge o Terceiro Comando Puro (TCP), fruto da extinção do Terceiro Comando após a sua separação da ADA.

¹ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Disponível em: <https://nacoes.unidas.org/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>. Acesso em 20 de maio de 2017.

² Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/bau-do-crime/rico-ue-morre-carbonizado-dentro-de-presidio-408501.html>>. Acesso em 01 março de 2018.

No ano de 2008, surge no Estado uma nova modalidade de organização criminosa: as milícias. Inicialmente, eram diferentes do tráfico de drogas, tinham como principal fonte de renda o transporte alternativo, a distribuição de gás, a TV a cabo clandestina e em todo tipo de taxas que podiam extorquir da população e do comércio, em troca de proteção. Na atualidade, cerca de 11(onze) municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro estão sobre a influência das milícias, num total de 348 km², o equivalente a um quarto do tamanho da capital, onde vivem aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas³ e os tipos de crimes praticados, pouco diferem das atividades perpetradas pelas demais organizações criminosas.

O agravamento da urbanização desordenada e a falta de políticas públicas adequadas e eficazes, em especial no setor de transportes e habitação, ajudaram a criar áreas liberadas onde o poder público deixou de exercer seu papel de poder de polícia, não regulando a ocupação dos espaços e logradouros públicos. Os aspectos fisiográficos da cidade do Rio de Janeiro e adjacências em conjunto com a configuração do “terreno humano” na ocupação destes espaços tornaram ainda mais complexa a tarefa de coibir o crime organizado e de conter o aumento da violência que se observou desde década de 1990 até os dias atuais.

A participação das Forças Armadas na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro tem seus primeiros movimentos na década de 1990, por ocasião da Operação Eco 92 e Operação Rio, e atravessaram os anos 2000, sempre com participações episódicas e definidas com o intuito de proporcionar melhor sensação de segurança à população fluminense, mormente por ocasião de eventos internacionais. Entretanto, já no ano de 2008 registra-se um incremento do emprego de tropas federais desde a segurança de canteiro de obras, Operação Cimento Social, até a segurança e garantia das eleições municipais de 2008, com a Operação Guanabara, oportunidade em que as tropas federais ocuparam mais de 30 comunidades em todo Estado.

É nesta época, ainda no ano de 2008, que o Governo do Estado, por meio de sua Secretaria de Segurança Pública inicia o projeto da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o maior projeto na área de segurança pública que o Estado já promoveu, com a previsão de instalação de mais de 40 unidades em todo o Estado⁴. O projeto tinha por escopo principal a política da polícia de proximidade, retirando o território das facções criminosas com a contrapartida de elaboração de programas sociais.

Desde então, a despeito das instalações das UPP, a participação das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) tornaram-se uma realidade cada vez mais evidente, tendo como destaque as Operações Arcanjo, nos complexos da Penha e do Alemão (2010 a 2012) e as Operações São Francisco, no

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-2-milhoes-de-pessoas-no-rj-estao-em-areas-sob-influencia-de-milicias.ghtml>> Acesso em 01 março de 2018

⁴ Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/faq>> Acesso em 01 março de 2018

complexo da Maré (2014 a 2015). Não obstante, as participações das Forças Armadas na segurança de grandes eventos que o estado do Rio de Janeiro sediou desde 2013 até o ano de 2016, culminando com Olimpíadas do Rio, demonstram como a segurança pública do Estado já estava combatida e apresentando sinais de esgotamento no enfrentamento à violência e aos crimes de toda ordem.

Menos de um ano após o encerramento do ciclo dos grandes eventos, no ano de 2017, a crise política, moral e econômica atinge de forma crucial o Estado do Rio de Janeiro. A proliferação dos casos de corrupção em todos os níveis e poderes do governo estadual, somado ao desemprego crescente, falências de estabelecimentos comerciais, atraso sistemático de pagamentos do funcionalismo público - inclusive os profissionais da área da segurança pública, aumento da criminalidade, ameaça de crise de desabastecimento decorrente dos constantes crimes de roubo de cargas, indicam uma situação caótica que reflete em níveis insustentáveis de criminalidade. Fato esse que motivou a autorização, por meio do Decreto publicado em de 28 de julho de 2017, da ativação de um Comando Conjunto (CCj) das Forças Armadas para auxiliar com operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) às atividades na área de segurança pública quando solicitada pelo governo do Estado.

Já em 2018, após o carnaval, mais importante festa popular do Estado, ocasião em que a população brasileira observou inúmeros casos de violência pelos diversos meios de comunicação e, com o aumento da sensação de insegurança pela população fluminense, é decretada a Intervenção Federal pelo presidente da República, restrita a área de segurança pública.

Desta forma, o que se observa nos últimos trinta anos é o crescimento da violência e a degradação da segurança pública no Estado do RJ. Os altos índices de corrupção e aparelhamento da máquina estatal tiveram reflexos diretos nas políticas de segurança públicas adotadas. A gestão ineficaz, fraudulenta e irresponsável dos recursos do Estado implicou na insolvência do mesmo, agravada pela crise econômica nacional, com reflexos em todas as áreas (econômica, social, científica e tecnológica, educação, segurança, infraestrutura, etc).

Registra-se também o histórico crescente de participações das FA, em especial do Exército, com intensidade maior na última década. Se por um lado, podem-se avaliar como positivas estas participações, nos níveis tático e operacional, por outro, não se observa nenhum legado estratégico. As FA foram empregadas para atacar as consequências, pois as causas da violência não foram combatidas e se agravaram. Por outro lado, é notável o aperfeiçoamento das organizações criminosas em todos os aspectos: operacional, logístico, comunicações, etc. O alto custo das operações militares como força de pacificação refletiu negativamente no setor econômico do governo e em alguma parcela da sociedade, onde já há um consenso da inviabilidade deste tipo de operação.

A Intervenção Federal foi decretada em 16 de fevereiro do corrente ano, sendo necessárias inúmeras coordenações com as demais instituições envolvidas, em especial na área jurídica, orçamentária e financeira e, principalmente, com as

secretarias de governo estadual e seus órgãos de segurança pública, impactando nos resultados obtidos no curto prazo.

Por tudo isso, não há liberdade de ação para as ações da Intervenção Federal, questionada desde sua decretação, seja por questões político eleitorais, ideológicas ou de viabilidade técnica. Nesse sentido, há uma permanente demanda por informações, dos mais variados grupos de interesse (*stakeholders*) sobre as atividades da Intervenção, ao mesmo tempo, em que os “grupos de interesse” favoráveis à Intervenção Federal, precisam se organizar e unir esforços em torno de um discurso positivo e com a realização de ações complementares em apoio às atividades da Intervenção. As ações do GIF, qualquer que seja o estado final projetado, somente terão um legado estratégico se todas as instituições dos diversos níveis de governo participarem em suas esferas de atribuições.

É neste ambiente complexo que o GIF irá desenvolver suas estratégias e metas direcionadas aos seus objetivos estratégicos, para que, de forma metodológica e eficiente possa, nos próximos 10 meses, pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado do RJ, planejando, coordenando e executando ações que busquem efetivamente a recuperação da capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e a diminuição dos índices de criminalidade, aumentando a sensação de segurança na sociedade fluminense e garantindo um ambiente seguro e estável.

8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

a. AMBIENTE EXTERNO

1) Oportunidades

Nr	OPORTUNIDADES
01	Ambiente de normalidade institucional, em plena vigência do estado de direito.
02	Grande cobertura da mídia, falada e escrita, nacional e internacional.
03	Existência de sistemas e infraestruturas de segurança pública já em funcionamento no Estado do RJ.
04	Previsão de aporte de recursos financeiros do Governo Federal para custeio e investimento nas ações planejadas e desenvolvidas no âmbito da Intervenção Federal.
05	Sensação de insegurança manifestada pela sociedade.
06	Credibilidade das Forças Armadas.
07	Tradição institucional de eficiência, seriedade, honestidade e profissionalismo.
08	Incremento da integração das FA com os OSP do Estado do Rio de Janeiro.

2) Ameaças

Consideraram-se como ameaças, quando impactarem as ações estruturantes e emergenciais que visam o cumprimento dos objetivos da intervenção federal na área de segurança pública:

Nr	AMEAÇAS
01	Atuação da criminalidade organizada e violência urbana de qualquer natureza.
02	Obsolescência de parte dos equipamentos dos OSP.
03	Falta de apoio da população à Intervenção Federal.
04	Insuficiência de recursos.
05	Baixa qualidade dos serviços essenciais, do sistema de mobilidade urbana e da saúde coletiva.
06	Ocorrências de fenômenos e catástrofes naturais.
07	Atraso e/ou não pagamento dos salários dos profissionais de segurança pública do Estado do RJ, por parte do Governo do Estado do RJ.
08	Interferências políticas, de qualquer natureza, decorrente do pleito eleitoral de 2018.
09	Revoltas, rebeliões e fuga de presos, no sistema carcerário.
10	Ocorrência de crimes de grande repercussão e comoção pública.
11	Aumento dos índices de violência no Estado durante a vigência da Intervenção Federal.
12	Realização de manifestações e protestos por parte de grupos sociais politizados.
13	Baixo índice de credibilidade dos OSP junto à população do RJ.

b. AMBIENTE INTERNO

1) Pontos Fortes

Nr	PONTOS FORTES
01	Respeitabilidade Institucional.
02	Pessoal comprometido com a missão organizacional.
03	Elevada capacidade e experiência no planejamento e desdobramento de operações militares e interagências.
04	Liderança operacional.
05	Proximidade geográfica entre as sedes das principais instituições de Segurança Pública do Rio de Janeiro.
06	Seriedade no trato da coisa pública.
07	Experiência de participação em programas e projetos governamentais.
08	Experiência das Forças Armadas na execução de operações de GLO.
09	Culto institucional de princípios, crenças e valores baseados na ética, na moral, no patriotismo e no profissionalismo.
10	Tropas de Emprego Especial dos OSP com alto índice de profissionalismo e adestramento, vetor de excelência.

2) Pontos Fracos

Nr	PONTOS FRACOS
01	Ausência de uma estrutura logística adequada nos OSP.
02	Baixa eficiência e eficácia de desempenho dos OSP do Estado do Rio de Janeiro.
03	Deficiente gestão de recursos humanos nos OSP.
04	Deficiência e carência de recursos materiais e de recursos humanos melhor formados e qualificados para o desempenho de suas funções.
05	Necessidade reorganização das instituições, primando pela prática de ações integradoras de coordenação e cooperação.

9. VISÃO DE FUTURO PARA A INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ

“Ser reconhecida como resultado de um modelo de ações estratégicas adotadas no intuito de por termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, com base nos resultados obtidos tanto pela recuperação sistêmica das capacidades operativas dos OSP estaduais, como pela diminuição dos índices de criminalidade, refletindo em um ambiente mais seguro e estável.”

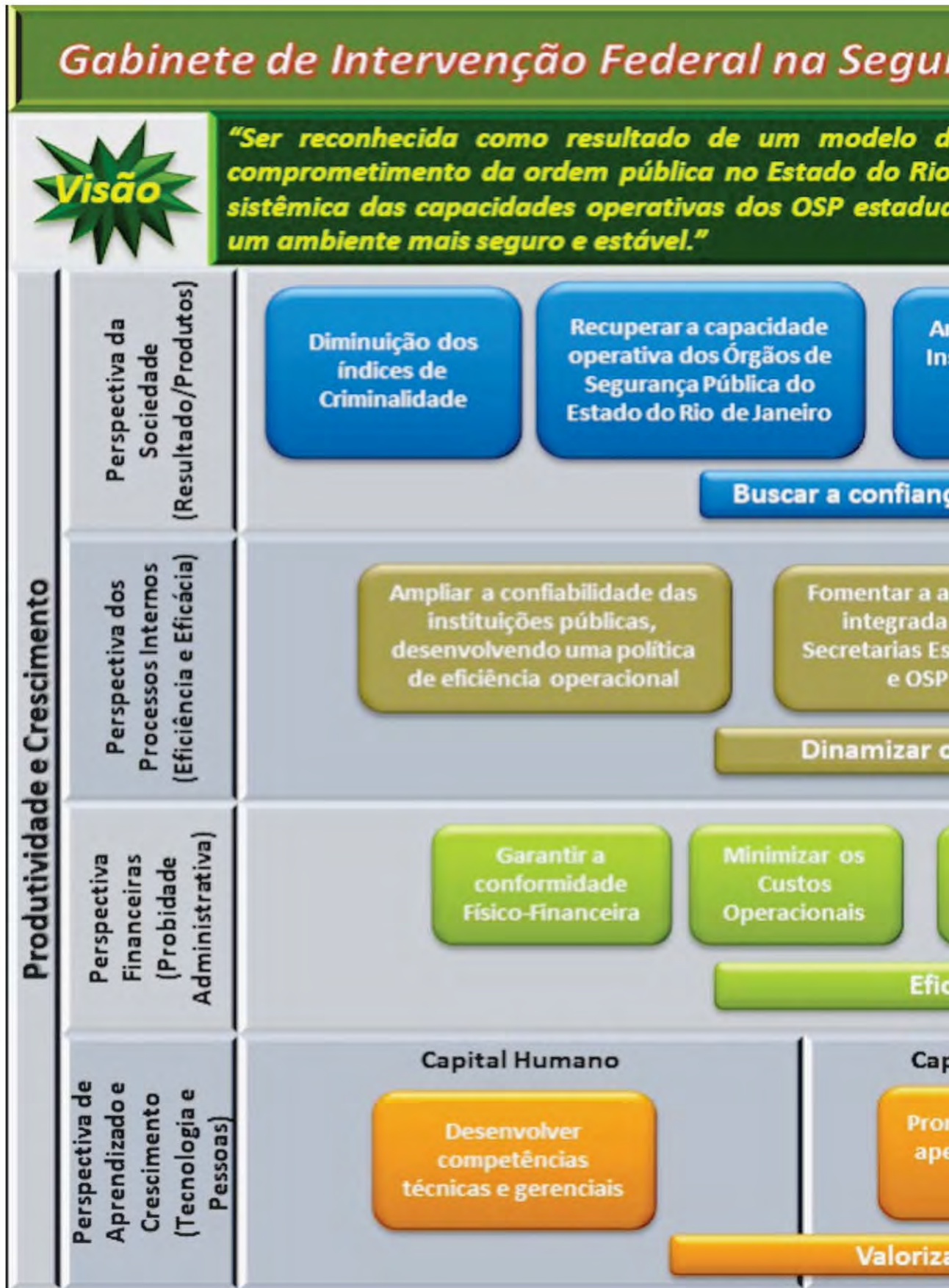
10. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)

A seguir serão apresentados os Objetivos Estratégicos (OE) estabelecidos pelo GIF/RJ, consoantes com sua missão, com as diretrizes de planejamento expedidas, com a intenção do Interventor e coerente com a análise do diagnóstico estratégico realizado, buscando o alinhamento de esforços tendo com o foco a visão de futuro desejada para a Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do RJ.

OE	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO
OE/01	Diminuição dos índices de criminalidade.	Redução dos índices relacionados a letalidade violenta, roubo de veículos, roubo de rua e roubo de carga.
OE/02	Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro	Aperfeiçoamento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura.
OE/03	Articulação das instituições dos entes federativos	Fomento do compartilhamento de responsabilidades na Segurança Pública, por meio do estabelecimento de protocolos.

OE/04	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública como atividade técnico-operacional minimizando fatores políticos.
OE/05	Melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional	Modernização do sistema prisional por meio de tecnologias, reestruturação organizacional e infraestrutura

11. MAPA ESTRATÉGICO DA INTERVENÇÃO



Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

As ações estratégicas adotadas no intuito de por termo a grave situação de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, com base nos resultados obtidos tanto pela recuperação da situação de segurança pública, como pela diminuição dos índices de criminalidade, refletindo em



12. QUADRO RESUMO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

OE/01 - Diminuição dos índices de criminalidade						
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)		
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES	
Atuação eficiente e eficaz dos OSP.	1.1 - Empregar com efetividade os OSP no cumprimento de suas missões constitucionais	1.1.1 - Aplicar um planejamento integrado das ações de segurança pública, e inteligência que permitam reduzir os atuais valores dos índices de criminalidade no RJ.	- Índice de redução da Criminalidade (porcentagem de redução da criminalidade em relação ao mesmo período do ano anterior ou do mês anterior).	1.1.1.1 - Realizar Ações de Segurança Comunitária		
					1.1.1.2 - Aperfeiçoar as ações de Comando e Controle (C2) no CICC.	
					1.1.1.3 - Elaborar um Protocolo de Integração das ações de Inteligência para todos os OSP/SEAP/SEDEC	
	1.2 - Buscar a eficácia das Forças de Segurança	1.1.2 - Dotar a PMERJ de instrumento mais célere de registro de infrações penais	Publicação do ato de adoção do instrumento.		1.1.2.1 - Adotar o Termo Circunstanciado para a PMERJ	
				1.2.1 - Executar as ações com base na análise das manchas criminais.	Nº de ações realizadas com base na avaliação da mancha criminal.	1.2.1.1 - Elaborar o Planejamento das ações de segurança com base na avaliação da mancha criminal.
	1.2.2 - Aperfeiçoar a capacidade operativa do Comando Conjunto	Nº de operações realizadas pelo Comando Conjunto.				

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro e na SEAP.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Identificação precisa das deficiências e carências dos OSP.	2.1 - Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições.	2.1.1 - Capacitar, de forma customizada, 60% das tropas especializadas dos OSP e dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Capacitação das tropas especializadas dos OSP; e - Índice de Capacitação dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo. 	2.1.1.1 - Realizar a capacitação de tropas/forças especializadas dos OSP e dos efetivos redirecionados das UPP/PMERJ.	
				2.1.1.2 - Redistribuir os meios (pessoal e material) das UPP/PMERJ.	
				2.1.1.3 - Estabelecer protocolos de apoio institucional entre os OSP e os centros de treinamento especializado das Forças Armadas.	
				2.1.1.4 - Propor o SIMV (policiais e bombeiros militares temporários) na PMERJ e CBMERJ	
		2.1.2 - Elaborar Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e na SEAP .	Aprovação dos Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP		2.1.2.1 - Realizar Acordo de Cooperação entre os OSP/SEAP e o Sistema de Educação do Exército.
		2.1.3 - Estruturar o Centro de Coordenação Tático Integrado(CCTI) – Operações Especiais	Ativação da Estrutura do Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – Operações Especiais	2.1.3.1 - Implantar o Centro de Coordenação Tático Integrado – Operações Especiais	

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.						
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)		
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES	
Identificação das deficiências e carências dos OSP	2.2 - Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP.	2.2.1 - Empossar na PMERJ pelo menos 1.000 novos concursados já aprovados..	Quantidade de concursados aprovados empossados.	2.2.1.1 - Incorporar o efetivo de 1.000 novos concursados na PMERJ.		
		2.2.2. - Reintegrar 10% dos profissionais de segurança cedidos.	Percentual de profissionais de segurança reintegrados.	2.2.2.1 - Reintegrar nos OSP e na SEAP o efetivo de profissionais de segurança cedidos.		
		2.2.3 - Reativar o pagamento do Regime Adicional de Serviço (RAS)	Publicação do pagamento do RAS.	2.2.3.1 - Incorporar no planejamento de emprego dos OSP os policiais (militares e civis) bombeiros militares e inspetores de segurança/ administração penitenciária que aderirem ao RAS.		
		2.2.4 -. Realizar inspeção de saúde em pelo menos 20% do pessoal dos OSP e SEAP afastado por licença para tratamento de saúde	Percentual de pessoal afastado inspecionado dos OSP e SEAP	2.2.4.1 - Realizar Inspeção de Saúde nos Inaptos dos OSP e SEAP.		
		2.2.5 - Transferir efetivos de Unidades de Polícia Pacificadora para o policiamento ostensivo.	Percentual de transferência de efetivos das UPP para o policiamento ostensivo.	2.2.5.1 - Remanejar efetivos de policiais militares das UPP para os BPM.		2.2.5.2 - Realizar a logística reversa das UPP realinhadas.
		2.2.6 - Criar o quadro de prestador de tarefa de tempo certo (PTTC) nos OSP e na SEAP.	Publicação do ato		2.2.6.1 - Criar um quadro de Prestador de Tarefa de Tempo Certo (PTTC) nos OSP e SEAP	
2.2.7 - Aperfeiçoar os Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP	Apresentação dos Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP		2.2.7.1 - Propor aperfeiçoamentos nos Planos de Carreira para os OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP.			

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	2.3 - Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado.	2.3.1 - Distribuir as viaturas adquiridas pelo Governo Estadual para a PMERJ.	Quantidade de Vtr distribuídas à PMERJ		2.3.1.1 - Recompôr a frota de viaturas da PMERJ.
		2.3.2 - Obter pelo menos 40% das necessidades levantadas para a recomposição da frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	Quantidade de Vtr adquiridas para recompor a frota de Vtr dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP		2.3.2.1 - Recompôr a frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP
		2.3.3 - Recuperar a capacidade mínima da frota de viaturas blindadas e especiais (PMERJ e PCERJ e SEAP).	- Índice de recuperação da Frota de Vtr blindadas dos OSP . - Índice de Recuperação da Frota de Vtr Especiais dos OSP e da SEAP	2.3.3.1 - Recuperar 3 (Três) blindados da CORE/PCERJ.	
				2.3.3.2 - Fazer o empréstimo de 3 (Três) VBTP URUTU para o COE/PMERJ	
				2.3.3.3 - Realizar a manutenção de 3 (Três) Vtr Especiais de transporte de presos para a SEAP	
				2.3.3.4 - Realizar a manutenção de 6 (seis) Vtr Bld do COE/PMERJ.	
		2.3.4 - Adquirir até 20% das necessidades de viaturas especiais.	Índice de atendimento das necessidades de viaturas especiais.		2.3.4.1 - Recompôr a frota de viaturas especiais OSP e SEAP
		2.3.5 - Aperfeiçoar a gestão do armamento.	- Índice de recolhimento do armamento utilizado pelos OSP e SEAP; - Índice de substituição do armamento utilizado pelos OSP e SEAP; e - Índice de qualificação dos "quartilheiros".		2.3.5.1 - Trocar parte do armamento dos OSP e da SEAP
					2.3.5.2 - Qualificar os Quartilheiros
		2.3.6 - Realizar a manutenção e a aquisição de armamento para os OSP e SEAP	- Índice de manutenção do armamento dos OSP e SEAP - Índice de aquisição de armamento dos OSP e SEAP	2.3.6.1 - Recompôr a dotação mínima de armamento dos OSP e SEAP	
	2.3.6.2 - Adquirir armamentos para os OSP e SEAP				

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	2.3 - Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado.	2.3.7- Dotar os OSP, SEDEC e a SEAP de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).	- Índice de aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI)		2.3.7.1 - Adquirir Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos integrantes dos OSP, da SEDEC e da SEAP
		2.3.8 - Dotar as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e SEAP com 40% dos materiais necessários ao seu preparo e emprego.	Índice de dotação dos materiais necessários ao preparo e emprego das tropas/forças especializadas		2.3.8.1 - Adquirir materiais especiais (exceto armamento letal e EPI) para as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e da SEAP.
	2.4 - Organizar as funções logísticas	2.4.1 - Elaborar os Planos para Aquisição, Distribuição e Manutenção das diversas Classes de Suprimento.	Apresentação dos Planos Elaborados		2.4.1.1 - Planejar a aquisição, a distribuição e a manutenção dos seguintes materiais: <ul style="list-style-type: none"> ξ Equipamentos; ξ Fardamento; ξ Armamento; ξ Material de Aviação; ξ Material de Motomecanização (Peças e Viaturas); ξ Munição; ξ Óleos e Combustíveis; ξ Material de Comunicações e TIC; e ξ Material de Saúde.

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	2.5 – Elaborar um Plano Diretor de Obras e Serviços (PDOS).	2.5.1 - Confeccionar Planos de Obras e serviços dos OSP	Publicação dos Planos de Obras e serviços.		2.5.1.1 - Gerenciar o Patrimônio e as Infraestruturas dos OSP)., contemplando a melhoria das infraestruturas, realização de pequenas obras e reparos nas instalações dos OSP
	2.6 - Aquisição do material de subsistência (expediente, limpeza e consumo em geral) para os OSP e SEAPdo Estado	2.6.1- Dotar os OSP, SEDEC e a SEAP de material de subsistência necessário ao desempenho organizacional.	- Índice de aquisição de material de subsistência		2.6.1.1 - Adquirir de material de subsistência para os OSP, da SEDEC e da SEAP

OE/03: Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Existência de um ambiente favorável ao relacionamento institucional	3.1 - Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.	3.1.1 - Elaborar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança.	Publicação da diretriz.	3.1.1.1 - Confeccionar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança	
		3.1.2 - Estabelecer protocolos de Inteligência de Segurança Pública e Sistema de Administração Penitenciária do Estado.	Publicação dos protocolos de Inteligência		3.1.2.1 - Elaborar protocolos de Inteligência de Segurança Pública.
		3.1.3 - Estabelecer protocolos de cooperação com as Prefeituras do Estado do RJ que possuem Guarda Municipal.	Quantidade de Prefeituras com as quais foram estabelecidos protocolos de cooperação.		3.1.3.1 - Elaborar protocolos de cooperação com as prefeituras do Estado do RJ que possuem Guardas Municipais.
		3.1.4 - Estabelecer Protocolos de cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal.	Publicação dos protocolos de cooperação estabelecidos com as Polícias Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).		3.1.4.1 - Elaborar protocolos de cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal.
		3.1.5 - Transferir a responsabilidade pela fiscalização dos "ferros velhos" do DETRAN para os OSP do Estado (PMERJ e PCERJ).	Publicação da reedição do Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro.		3.1.5.1 - Reeditar o Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro, transferindo a responsabilidade do DETRAN para os OSP (PMERJ e PCERJ)
		3.1.6 - Organizar o Gabinete de Intervenção Federal	Aprovação da estrutura regimental e do quadro demonstrativo de cargos..		3.1.6.1 - Definir a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos

OE/03: Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Possuir um adequado e integrado suporte de TIC	3.2 – Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.	3.2.1 - Migrar o Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).	Publicação do ato que consolida a migração do banco de dados		3.2.1.1 - Realizar a migração do Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)
		3.2.2 - Renovar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do CICC.	Apresentação do Projeto de Renovação da Infraestrutura de TIC do CICC.		3.2.2.1 - Renovar a Infraestrutura de TIC do CICC.
		3.2.3 Integrar as chamadas de emergência (190, 193, 197 e 199) do Estado do RJ em um sistema unificado (190).	Aplicação do sistema desenvolvido		3.2.3.1 - Desenvolver um sistema unificado de chamadas de emergência

OE/04: Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Reorganização da arquitetura da Segurança Pública Estadual	4.1 - Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.	4.1.1 - Fortalecer as atividades de correição na Segurança Pública do Estado	Publicação dos atos de substituição e reforço de pessoal das corregedorias.		4.1.1.1 - Rever o diploma legal que confere competências e independência ao corregedor.
		4.1.2 - Capacitar adequadamente o pessoal responsável pela gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC.	Índice de capacitação do pessoal responsável pela gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC.		4.1.2.1 - Realizar curso de capacitação necessário ao Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.
		4.1.3 - Aprimorar estruturas Logísticas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	Publicação do ato de criação das estruturas logística dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP		4.1.3.1 - Aperfeiçoar estruturas logísticas.
		4.1.4 - Promover a articulação das agências/órgãos de Inteligência dos OSP, da SESEG, da SEDEC e da SEAP.	Publicação do ato regulatório da articulação	4.1.4.1 - Articular as agências/órgão de Inteligência da SESEG, SEDEC, SEAP e OSP nos níveis das RISP/AISP.	
		4.1.5 - Estabelecer protocolos de Comunicação Social interagências.	Publicação do Ato regulatório		4.1.5.1 - Elaborar protocolos de Comunicação Social interagências.
		4.1.6 - Planejar a reorganização administrativa nos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.	Publicação do Ato normativo da reorganização administrativa dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e Secretarias Intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP).		4.1.6.1 - Reorganização das estruturas administrativas e otimização de processos dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP

OE/04: Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Reorganização da arquitetura da Segurança Pública Estadual	4.1 - Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.	4.1.7 – Inserir os órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.	Publicação do ato de inserção dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.		4.1.7.1 - Normalizar a contribuição dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.
		4.1.8 - Inserir os órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos.	Publicação do ato de inserção dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos.		4.1.8.1 - Normalizar a contribuição dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos
Revitalização dos Princípios, Crenças e Valores (Éticos e Morais) Institucionais nos diversos OSP	4.2- Sistematizar visitas e inspeções corporativas.	4.2.1 - Realizar visitas e inspeções em OM e Estabelecimento de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ	Índice de visitas e inspeções realizadas em OPM e Estabelecimento de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ		4.2.1.1 - Visitar e Inspeccionar BPM e Estabelecimentos de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ
		4.2.2 - Realizar visitas em instituições de Segurança Pública (PM, PC e Sistema Penitenciário) de outros Estados da Federação.	Quantidade de visitas realizadas .		4.2.2.1 - Visitar instituições de Segurança Pública (PM, PC e Sistema Penitenciário) de outros Estados da Federação

OE/04: Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Revitalização dos Princípios, Crenças e Valores (Éticos e Morais) Institucionais nos diversos OSP	4.3 - Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nos OSP.	4.3.1 - Realizar formaturas e organizar eventos em todas as datas cívicas e comemorativas Nacionais, Estaduais e Corporativas	Quantidades de atividades cívicas e formaturas conduzidas pelos OSP		4.3.1.1 - Elaborar um planejamento anual de eventos cívicos a serem conduzidos pelos comandos e chefias dos OSP, em todos os níveis
		4.3.2 - Realizar cursos de liderança para núcleos de capacitação em todos os OSP e SEAP	Quantidade de cursos de liderança realizados para os núcleos de capacitação em todos os OSP, SEAP e SEDEC.		4.3.2.1 - Ministras cursos de liderança para núcleos de capacitação em nos OSP e SEAP
	4.4 – Aperfeiçoar a Gestão Financeira dos OSP, SEAP e SESEG.	4.4.1 – Normalizar a gestão financeira dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.	Realização dos pagamentos de pessoal	4.4.1.1 - Coordenar com o Governo do Estado o pagamento de salários e benefícios atrasados aos profissionais de Segurança Pública do Estado	
	4.5 - Melhorar o relacionamento e a imagem dos OSP junto à população.	4.5.1 - Quantificar a percepção de segurança da população nas áreas que foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária	Resultado de pesquisa realizada junto à população nas áreas onde foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária	4.5.1.1 - Medir a percepção de segurança da população	

OE/05 - Melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	5.1 - Reorganizar a estrutura organizacional e de gestão da SEAP	5.1.1 - Apresentar uma nova estrutura organizacional da SEAP	Publicação da estrutura organizacional no DOE		5.1.1.1 - Estabelecer uma nova estrutura organizacional da SEAP
		5.1.2 - Adequar os processos de gestão à nova estrutura organizacional	Definição dos Macroprocessos da SEAP		5.1.2.1 - Confeccionar o Regimento Interno da SEAP, de acordo com a nova estrutura organizacional.
		5.1.3 - Contribuir para a regulamentação do fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP	Celebração de contrato de fornecimento de alimentação		5.1.3.1 - Contratar empresa(s) que atenda(m) aos requisitos para o fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	5.2 – Modernizar a infraestrutura do sistema prisional do estado	5.2.1 - Confeccionar um Plano de Obras e Serviços da SEAP	Publicação do Plano		5.2.1.1 - Gerenciar o Patrimônio e as Infraestruturas da SEAP., contemplando a melhoria das infraestruturas, realização de pequenas obras e reparos nas instalações da SEAP.
		5.2.2 - Estruturar um sistema de Comando e Controle na SEAP	Publicação do ato regulatório		5.2.2.1 - Monitorar os deslocamentos de condenados que cumprem medidas cautelares diversas à prisão e que utilizam tornozeleira eletrônica
					5.2.2.2 - Estruturar um sistema de monitoramento de câmeras nas unidades prisionais
				5.2.2.3 - Monitorar deslocamentos de viaturas de transporte de presos do GSE/GIT (SOE).	

13. ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Intervenção Federal é uma operação complexa que demanda um forte aporte de recursos humanos, materiais e financeiros que somente poderá ser exatamente dimensionado após o aprofundamento da análise e do planejamento desenvolvidos para o início das ações decorrentes, sejam elas emergenciais ou estruturantes.

Tendo em vista dimensionar minimamente esse aporte foi providenciado um levantamento inicial das carências e necessidades dos diversos OSP do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto às necessidades para as ações da intervenção, chegou-se ao montante de aproximadamente R\$1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais), montante este (destinado exclusivamente às aquisições e contratações de serviços diversos) solicitado ao Governo Federal por ter sido considerado que é imprescindível o repasse deste montante para que o Gabinete tenha as mínimas condições de execução da missão recebida.

Os orçamentos de cada uma das ações a serem desenvolvidas e estabelecidas no Plano de Gestão da Intervenção, foram dimensionados de acordo com o desenvolvimento/aprofundamento dos seus respectivos planejamentos. A execução orçamentária ficará a cargo da UG do GIF/RJ criada na Secretaria de Administração e Finanças para realizar a gestão dos recursos repassados pelo Governo Federal.

14. PLANO DE GESTÃO DO GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL

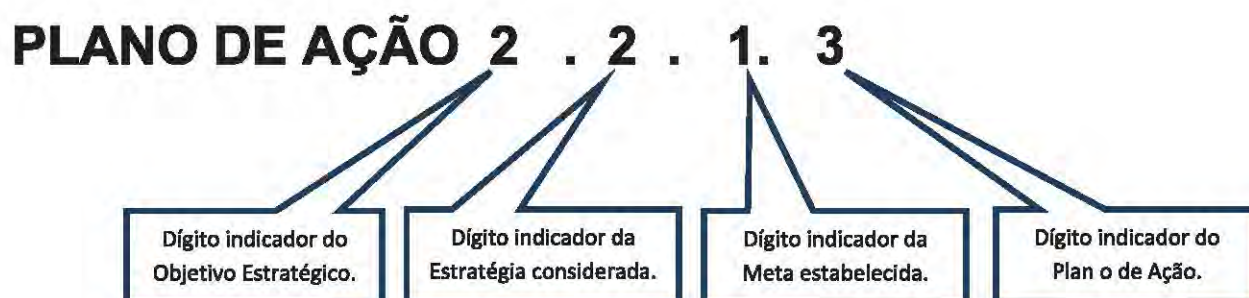
Observações:

1 - Os números identificadores das Metas foram elaborados da seguinte forma:



Assim, a numeração 2.2.1 indica a 1ª Meta estabelecido para a 2ª Estratégia definida para o 2º Objetivo Estratégico do Plano.

2 - Os números identificadores dos Planos de Ação foram elaborados da seguinte forma:



Assim, a numeração 2.2.1.3 indica o 1º Plano de Ação definido para a 1ª Meta estabelecida para a 2ª Estratégia definida para o 2º Objetivo Estratégico do Plano.

OBJETIVO ESTRATEGICO - OE/01

Diminuição dos índices de criminalidade.

1. Fatores Críticos de Sucesso

1 - Atuação eficiente e eficaz dos OSP

2. Estratégias (Obs: As estratégias tanto podem atender a mais de um FCS, como pode haver mais de uma estratégia que contemple um mesmo FCS)

1 - Empregar com efetividade os OSP no cumprimento de suas missões constitucionais; e

2 - Buscar a eficácia das Forças de Segurança.

3. Metas (Estabelecidas para as Estratégias adotadas)

Estratégia: Empregar com efetividade os OSP no cumprimento de suas missões constitucionais							
Descrição da Meta 1.1.1:							
- Aplicar um planejamento integrado das ações de segurança pública e inteligência, que permitam reduzir os atuais valores dos índices de criminalidade no RJ.							
Indicador de desempenho:							
- Índice de redução da Criminalidade (porcentagem de redução da criminalidade em relação ao mesmo período do ano anterior ou do mês anterior).							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018							
Responsável: Secretário de Estado de Segurança do RJ							
Necessidade de capacitação: sim; na área de Inteligência.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
1.1.1.1	Realizar Ações de Segurança Comunitária.	Combate às ORCRIM e aos ilícitos	Por meio da estabilização de comunidades, desobstrução de vias públicas e patrulhamento	OSP e CCj	De acordo com o planejamento da Diretoria de Pij/Op da SIF e SESEG, até 31 DEZ 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	De acordo com o planejamento da Diretoria de Pij/Op e SESEG
1.1.1.2	Aperfeiçoar as ações de Comando e Controle (C2) no CICC	Tornar mais eficiente as ações de C2	Por meio de reuniões de integração de C2	Subscr C2/SESEG Dir Pij/ Op da SIF	Até 31 Dez 18		De acordo com o planejamento da Diretoria de Intlg
1.1.1.3	Elaborar um Protocolo de Integração das ações de Inteligência para todos os OSP/SEAP/SEDEC	Para integrar as ações das agências/órgãos de inteligência de todos os OSP/SEAP/SEDEC do Estado	Mediante reuniões de coordenação e planejamento da qual participarão todos os OSP/SEAP/SEDEC	SIF OSP SEAP SEDEC	Até 31 Out 18		De acordo com o planejamento da Diretoria de Intlg

Estratégia: Empregar com efetividade os OSP no cumprimento de suas missões constitucionais							
Descrição da Meta 1.1.2:							
- Dotar a PMERJ de instrumento mais célere de registro de infrações penais							
Indicador de desempenho:							
- Publicação do ato de adoção do instrumento							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018							
Responsável: Secretário de Estado de Segurança							
Necessidade de capacitação: sim; capacitação de pessoal, a cargo da PMERJ.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
1.1.2.1	Adotar o Termo Circunstanciado para a PMERJ	Para permitir o registro de um fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo pela PMERJ.	Mediante negociação com o MP Estadual e ajuste de conduta entre a PMERJ e PCERJ.	Ch Ass Jurd/GIF SESEG PMERJ PCERJ	Até 31 Out 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	PMERJ

Estratégia: Buscar a eficácia das Forças de Segurança							
Descrição da Meta 1.2.1: – Executar as ações de segurança com base na análise das manchas criminais.							
Indicador de desempenho: - Nº de ações realizadas com base na avaliação da mancha criminal.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Secretário de Estado de Segurança.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
1.2.1.1	Elaborar o Planejamento das ações de segurança com base na avaliação da mancha criminal.	Tomar mais efetiva a atuação dos OSP	Utilizando a avaliação da dinâmica geográfica do crime produzida pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).	Ch Dir Pj/Op SESEG OSP C Cj	Até 31 Dez 18	Sem custo	SIF SESEG C Cj

Estratégia: Buscar a eficácia das Forças de Segurança							
Descrição da Meta 1.2.2: – Aperfeiçoar a capacidade operativa do Comando Conjunto.							
Indicador de desempenho: - Nº de operações realizadas pelo Comando Conjunto.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Comando Conjunto (1ª DE).							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
1.2.2.1	Prover o Comando Conjunto de meios (material e pessoal) necessários à realização dos operações de segurança.	Contribuir para a realização de operações de GLO no contexto das Intervenção Federal	Adquirindo meios e contratando serviços	C Cj GU G Cmdo OM	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	C Cj GU G Cmdo OM

OBJETIVO ESTRATEGICO - OE/02*Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro e na SEAP.***1. Fatores Críticos de Sucesso**

- 1 - Identificação precisa das deficiências e carências dos OSP; e
- 2 - Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira

2. Estratégias (Obs: As estratégias tanto podem atender a mais de um FCS, como pode haver mais de uma estratégia que contemple um mesmo FCS)

- 1 - Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições;
- 2 - Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP;
- 3 - Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado;
- 4 - Organizar as Funções Logísticas; e
- 5 - Elaborar um Plano Diretor de Obras e Serviços (PDOS).

3. Metas (Estabelecidas para as Estratégias adotadas)

Estratégia: Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições							
Descrição da Meta 2.1.1:							
- Capacitar, de forma customizada, 60% das tropas especializadas dos OSP e dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo.							
Indicador de desempenho:							
- Índice de capacitação das tropas especializadas dos OSP;							
- Índice de capacitação dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo;							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: CHEM Geral da PMERJ							
Necessidade de capacitação: sim; das equipes de instrutores e monitores da PMERJ que conduzirão os Estágios de Aplicações Táticas para Instrutores.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.1.1.1	Realizar a capacitação das tropas/forças especializadas dos OSP e dos efetivos redirecionados das UPP/PMERJ.	Para aperfeiçoar táticas, técnicas e procedimentos (TTP).	Por meio de estágios.	CCTI COE da PMERJ CORE da PCERJ	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP
2.1.1.2	Redistribuir os meios (pessoal e material) das UPP/ PMERJ	Ampliar a capacidade de patrulhamento ostensivo dos BPM.	Por meio de transferência de meios (pessoal e material) das UPP, de acordo com as necessidades da PMERJ.	PMERJ	Até 31 Dez 18		

2.1.1.3	Estabelecer protocolos de apoio institucional entre os OSP e os centros de treinamento especializado das Forças Armadas.	Para regular a capacitação de pessoal dos OSP	Por meio de reuniões bilaterais com a SESEG/OSP e FA.	Ch Ass Jurd/GIF Ch Dir Pij/Op SESEG/OSP	Até 31 Dez 18	Sem custo	SIF SESEG OSP FA
2.1.1.4	Propor o SIMV (policiais e bombeiros militares temporários) na PMERJ e CBMERJ	Para recompor o efetivo dos OSP (PMERJ e PCERJ).	Por meio da aprovação da PEC Nº 52/2015	Ch Ass Jurd/GIF	Indeterminado		Congresso Nacional

Estratégia: Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições

Descrição da Meta 2.1.2:

- Elaborar Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e na SEAP.

Indicador de desempenho:

- Aprovação dos Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018

Responsável: Diretor de Ensino da SEAP, OSP (PMERJ e CBMERJ) e DECEX (EB).

Necessidade de capacitação: sim; por meio de reuniões de coordenação entre os OSP, SEAP e DECEX.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.1.2.1	Realizar Acordo de Cooperação entre os OSP/SEAP e o Sistema de Educação do Exército	Para execução de ações colaborativas nos diversos níveis de formação, aperfeiçoamento e especialização nas áreas do conhecimento de interesse.	Analisando as áreas do conhecimento de interesse dos OSP/SEAP	Ch Dir Gestão e Avl Pes OSP SEAP DECEX	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP (PMERJ e CBMERJ) SEAP DECEX

Estratégia: Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições

Descrição da Meta 2.1.3:

- Estruturar o Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – Operações Especiais

Indicador de desempenho:

- Ativação da estrutura do CCTI.

Prazo: até 30 de abril de 2018.

Responsável: Chefe do CCTI/Comando de Operações Especiais (COpEsp) do Exército

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.1.3.1	Implantar o Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – Operações Especiais	- Para dotar o GIF/RJ de instrumento de coordenação e controle integrado das operações especiais planejadas - Para coordenar a recuperação da capacidade operativa das FOpEsp dos OSP	Alocando meios (pessoal e material) do COpEsp/EB, nos moldes dos Grandes Eventos	Ch CCTI	Até 30 Abr 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	GIF/RJ

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP

Descrição da Meta 2.2.1:

- Empossar na PMERJ pelo menos 1.000 novos concursados aprovados

Indicador de desempenho:

- Quantidade de concursados aprovados empossados

Prazo: até 31 de dezembro de 2018

Responsável: Secretário de Estado de Segurança do RJ.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.1.1	Incorporar o efetivo de 1.000 novos concursados na PMERJ.	Para recompor o efetivo operativo da PMERJ	Com a aquiescência do Governo do Estado do RJ	Secret Seg Pub Secret Faz Cmt PMERJ	até 31 Dez 18	Dentro do limite orçamentário do Estado do RJ	PMERJ

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP							
Descrição da Meta 2.2.2: - Reintegrar 10% dos profissionais de segurança cedidos							
Indicador de desempenho: - Percentual de profissionais de segurança reintegrados.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Secretários da SESEG, SEAP e OSP							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto ?	Onde?
2.2.2.1	Reintegrar nos OSP e na SEAP do efetivo de profissionais de segurança cedidos.	Para recompor o efetivo operativo dos OSP e SEAP	Por meio de publicação no DOE	SESEG OSP SEAP	Até 31 Dez 18	Sem custo	OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP							
Descrição da Meta 2.2.3: - Reativar o pagamento do Regime Adicional de Serviço (RAS)							
Indicador de desempenho: - Publicação do pagamento do RAS							
Prazo: até o final do mês de maio.							
Responsável: Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do Rio de Janeiro.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.3.1	Incorporar no planejamento de emprego dos OSP e da SEAP os policiais (militares e civis), bombeiros militares e inspetores de segurança/ administração penitenciária que aderirem ao RAS.	Para aumentar o efetivo de policiamento ostensivo nas ruas e incrementar o atendimento nas DP/PCERJ.	Estimulando a adesão de policiais (militares e civis) ao RAS.	SESEG OSP SEAP Gov. Estado RJ	Até o final do mês de maio	Dentro do limite orçamentário do Estado do RJ	OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP**Descrição da Meta 2.2.4:**

- Realizar Inspeção de saúde em pelo menos 20% do pessoal dos OSP e SEAP afastado por licença para tratamento de saúde

Indicador de desempenho:

- Percentual de pessoal afastado inspecionado dos OSP e SEAP.

Prazo: até o final do mês de outubro.

Responsável: Diretor Geral de Saúde da PMERJ, Comandante do CBMERJ e Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.4.1	Realizar Inspeção de Saúde nos Inaptos dos OSP e SEAP.	Aumentar os efetivos dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e SEAP voltados para a atividade-fim	Com as apoio de juntas de inspeção de saúde (JIS) mistas compostas por médicos peritos das Organizações Militares de Saúde (OMS) das Forças Armadas e dos OSP e SEAP.	Ch Dir Pes, SESEG	até o final do mês de outubro.	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP							
Descrição da Meta 2.2.5:							
- Transferir efetivos de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) para o policiamento ostensivo							
Indicador de desempenho:							
- Percentual de transferência de efetivos das UPP para o policiamento ostensivo.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Comandante Geral da PMERJ							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.5.1	Remanejar efetivos de policiais militares das UPP para os BPM.	Ampliar a ostensividade do patrulhamento de comunidades nas quais as UPP serão realinhadas.	Realinhando as UPP e capacitando os seus efetivos.	CCTI SESEG PMERJ	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	PMERJ
2.2.5.2	Realizar a logística reversa das UPP realinhadas	Recuperar/desativar as infraestruturas utilizadas pelos policiais militares nas UPP realinhadas e reaproveitar os meios a serem redistribuídos na PMERJ.	De acordo com o planejamento específico da SESEG e PMERJ, com o apoio de OM das FA.	Ch Dir Plj/Op SESEG PMERJ			

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP**Descrição da Meta 2.2.6:**

- Criar o quadro de prestador de tarefa de tempo certo (PTTC) nos OSP e na SEAP

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.**Responsável:** Comandantes/Chefe dos OSP e Secretário de Estado de Administração Penitenciária**Necessidade de capacitação:** não.**PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.6.1	Criar um quadro de Prestador de Tarefa de Tempo Certo (PTTC) nos OSP e SEAP	Para desonerar os quadros da ativa para o emprego na atividade-fim.	Por meio de ato administrativo.	Ass Jurd GIF Cmi/Ch OSP Secret Adm Pen	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP**Descrição da Meta 2.2.7:**

- Aperfeiçoar os Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP

Indicador de desempenho:

- Apresentação dos Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.**Responsável:** Chefe da Diretoria de Pessoal da SEAP e OSP (PMERJ e CBMERJ)**Necessidade de capacitação:** sim; por meio de reuniões de coordenação entre os OSP, SEAP e DAProm/1ª SCh EME (EB).**PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.2.7.1	Propor aperfeiçoamentos nos Planos de Carreira para os OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP.	Adequar os fluxos de carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP e gerar estímulos aos seus integrantes.	Propondo a alteração de Leis e Decretos.	Ch Dir Gestão e Avl Pes Ch Ass Jurd OSP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	PMERJ CBMERJ SEAP

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado							
Descrição da Meta 2.3.1: - Distribuir as viaturas adquiridas pelo Governo Estadual para a PMERJ.							
Indicador de desempenho: - Quantidade de viaturas distribuídas à PMERJ.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Chefe da Diretoria de Logística da SESEG e PMERJ.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.1.1	Recompor a frota de viaturas da PMERJ.	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa da PMERJ.	Por meio de planejamento baseado nas necessidades (índices de indisponibilidade) dos BPM/PMERJ.	Ch Dir Log SESEG PMERJ	Até 31 Dez 18	Sem custo	PMERJ

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado							
Descrição da Meta 2.3.2: - Obter pelo menos 40% das necessidades levantadas para a recomposição da frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP							
Indicador de desempenho: - Quantidade de Vtr adquiridas para recompor a frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Secretário de Administração do GIF, SESEG, OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SEDEC e SEAP.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.2.1	Recompor a frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa dos OSP e da SEAP.	Por meio de planejamento de aquisição de viaturas para os OSP e SEAP.	Ch Dir Log SESEG SEDEC SEAP OSP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado**Descrição da Meta 2.3.3:****- Recuperar a capacidade mínima da frota de viaturas blindadas e especiais (PMERJ, PCERJ e SEAP)****Indicador de desempenho:**

- Índice de recuperação da Frota de Vtr blindadas dos OSP; e
- Índice de recuperação da Frota de Vtr especiais dos OSP e SEAP.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.**Responsável:** Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, CCTI, OSP (PMERJ e PCERJ), SESEG e SEAP**Necessidade de capacitação:** não.**PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.3.1	Recuperar 3 (três) blindados da CORE/PCERJ	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa da CORE/PCERJ.	Por meio da recuperação realizado no Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS)/EB.	Ch Dir Log OM/EB SESEG PCERJ	Até 30 Jun 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	BCMS
2.3.3.2	Fazer o empréstimo de 3 (três) VBTP URUTU para o COE/PMERJ	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa do COE/PMERJ.	Por meio de empréstimo de VBTP do 15º RC Mec, customização no BCMS e apoio de Seç L Mnt/25º B Log.	Ch Dir Log OM/EB SESEG PMERJ			BCMS COE
2.3.3.3	Realizar a manutenção de 3 (três) Vtr Especiais de Transporte de Presos para a SEAP	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa da SEAP.	Por meio de recuperação de viaturas na 111ª Cia Mat Bel/CML.	Ch Dir Log OM/EB SEAP			111ª Cia Mat Bel
2.3.3.4	Realizar a manutenção de 6 (seis) Vtr Bid do COE/PMERJ	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa do COE/PMERJ.	Por meio da recuperação realizado no Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS)/EB.	Ch Dir Log OM/EB SESEG PMERJ			Até 31 Dez 18

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado							
Descrição da Meta 2.3.4: - Adquirir até 20% das necessidades de viaturas especiais.							
Indicador de desempenho: - Índice de atendimento das necessidades de viaturas especiais.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018							
Responsável: Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, SESEG, OSP e SEAP							
Necessidade de capacitação: não							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.4.1	Recompor a frota de viaturas especiais OSP e SEAP	Contribuir para a recuperação da capacidade operativa dos OSP e da SEAP.	Por meio de planejamento e aquisição de viaturas especiais dos OSP e da SEAP	Ch Dir Log SESEG OSP SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado**Descrição da Meta 2.3.5:****- Aperfeiçoar a gestão do armamento****Indicador de desempenho:**

- Índice de recolhimento do armamento utilizado pelos OSP e SEAP;
- Índice de substituição do armamento utilizado pelos OSP e SEAP; e
- Índice de qualificação dos "quartilheiros".

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.**Responsável:** Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, SESEG e OSP**Necessidade de capacitação:** sim; dos quartilheiros dos OSP no BMSA/EB.**PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.5.1	Trocar parte do armamento dos OSP e da SEAP	Aumentar o índice de disponibilidade do armamento.	Recolhendo e/ou substituindo os armamentos dos OSP e da SEAP	Ch Dir Log SESEG OSP SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP BMSA
2.3.5.2	Qualificar os Quartilheiros.	Melhorar a manutenção e controle do armamento nos OSP e SEAP	Por meio de capacitação de pessoal dos OSP e da SEAP realizada no Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento (BMSA).	Ch Dir Log SESEG OSP SEAP			

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado							
Descrição da Meta 2.3.6:							
- Realizar a manutenção e a aquisição de armamentos para os OSP e SEAP							
Indicador de desempenho:							
- Índice de manutenção de armamentos dos OSP e da SEAP; e							
- Índice de aquisição de armamentos dos OSP e da SEAP.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018							
Responsável: Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, OSP e SEAP							
Necessidade de capacitação: sim; para a capacitação de mecânicos de armamento dos OSP e da SEAP, a cargo do BMSA (EB).							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.6.1	Recompor a dotação mínima de armamento dos OSP e da SEAP.	Aumentar o índice de disponibilidade do armamento.	Por meio de manutenção corretiva, com apoio das OM Mnt das FA	Ch Dir Log OSP SEAP BMSA (EB)	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP BMSA/EB
2.3.6.2	Adquirir armamentos para os OSP e SEAP		Por meio de processo licitatório.	Ch Dir Log OSP SEAP			OSP SEAP

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado**Descrição da Meta 2.3.7:****- Dotar os OSP, SEDEC e a SEAP de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)****Indicador de desempenho:****- Índice de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)****Prazo:** até 31 de dezembro de 2018.**Responsável:** Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, OSP, SEDEC e SEAP**Necessidade de capacitação:** não.**PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.7.1	Adquirir Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos integrantes dos OSP, da SEDEC e da SEAP.	Aumentar o índice de disponibilidade de EPI nos OSP, SEDEC e SEAP.	Por meio de processo licitatório.	Ch Dir Log OSP SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEDEC SEAP

Estratégia: Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado**Descrição da Meta 2.3.8:****- Dotar as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e SEAP com 40% dos materiais necessários ao seu preparo e emprego****Indicador de desempenho:****- Índice de dotação dos materiais necessários ao preparo e emprego das tropas/forças especializadas****Prazo:** até 31 de dezembro de 2018**Responsável:** Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, SEAP e OSP.**Necessidade de capacitação:****PLANOS DE AÇÃO**

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.3.8.1	Adquirir materiais especiais (exceto armamento letal e EPI) para as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e da SEAP.	Aumentar o índice de disponibilidade de materiais especiais nos OSP (PMERJ e PCERJ) e SEAP.	Por meio de processo licitatório.	Ch Dir Log OSP SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Organizar as funções logísticas							
Descrição da Meta 2.4.1:							
- Elaborar os Planos para Aquisição, Distribuição e Manutenção das diversas Classes de Suprimento.							
Indicador de desempenho:							
- Apresentação dos Planos Elaborados.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Diretores de Logística dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.4.1.1	Planejar a aquisição, a distribuição e a manutenção dos seguintes materiais: § Equipamentos; § Fardamento; § Armamento; § Material de Aviação; § Material de Motomecanização (Peças e Viaturas); § Munição; § Óleos e Combustíveis; § Material de Comunicações e TIC; e § Material de Saúde.	Normatizar o planejamento de aquisição, distribuição e manutenção das diversas classes de suprimento necessárias para manter a capacidade operativa dos OSP e da SEAP.	- Por meio do mapeamento das necessidades de aquisição e manutenção e definição de prioridades. - Estabelecendo parceria com o Comando Logístico (COLOG) do EB.	OSP SEAP	Até 31 Ago 18	Sem custo.	OSP SEAP

Estratégia: Elaborar um Plano Diretor de Obras e Serviços (PDOS).

Descrição da Meta 2.5.1:

- Confeccionar Planos de Obras e Serviços dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ)

Indicador de desempenho:

- Publicação dos Planos de Obras e Serviços

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Diretores de Logística dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ).

Necessidade de capacitação: sim; para a capacitação de pessoal em gestão de patrimônio.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.5.1.1	Gerenciar o Patrimônio e as Infraestruturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), contemplando a realização de melhoria das infraestruturas, de pequenas obras e reparos nas instalações dos OSP	Controlar e manter o patrimônio e a infraestrutura, melhorando o ambiente organizacional	- Capacitando pessoal em gestão de patrimônio e estabelecendo parceria com a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) do EB. - Contratando serviços de manutenção de instalações	OSP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP

Estratégia: Aquisição, do material de subsistência (expediente, limpeza e consumo em geral) para os OSP e SEAP

Descrição da Meta 2.6.1:

- Dotar os OSP, SEDEC e a SEAP de material de subsistência necessário ao desempenho organizacional

Indicador de desempenho:

- Índice de aquisição de material de subsistência

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Chefe da Diretoria de Gestão e Avaliação de Logística da SIF, OSP, SEDEC e SEAP

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
2.6.1.1	Adquirir material de subsistência (expediente, limpeza e consumo em geral) para os OSP e SEAP	Permitir o adequado funcionamento para o desempenho funcional desejado.	Por meio de processo licitatório.	Ch Dir Log OSP SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEDEC SEAP

OBJETIVO ESTRATEGICO - OE/03*Articular as instituições (federais, estaduais e municipais) em prol das ações a serem implementadas***1. Fatores Críticos de Sucesso**

- 1 - Existência de um ambiente favorável ao relacionamento institucional; e
- 2 - Possuir um adequado e integrado suporte de TIC.

2. Estratégias (Obs: As estratégias tanto podem atender a mais de um FCS, como pode haver mais de uma estratégia que contemple um mesmo FCS)

- 1 – Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência; e
- 2 - Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.

3. Metas (Estabelecidas para as Estratégias adotadas)

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.							
Descrição da Meta 3.1.1: - Elaborar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança							
Indicador de desempenho: - Publicação da Diretriz							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Chefe da Diretoria de Planejamento/Operações da SIF e SESEG.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.1.1	Confeccionar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança	Integrar o Planejamento das Operações das Forças de Segurança.	Por meio de estabelecimento de protocolos.	Ch Dir Pij/Op SESEG	Até 31 Ago 18	Sem custo.	GIF

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.

Descrição da Meta 3.1.2:

- Estabelecer protocolos de Inteligência de Segurança Pública e Sistema de Administração Penitenciária do Estado

Indicador de desempenho:

Publicação dos protocolos de Inteligência

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Chefe da Diretoria de Inteligência da SIF, Chefe da SSINTE/SESEG, CI/PMERJ, BM 2/CBMERJ, ASSINPOL e SISPEN.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.2.1	Elaborar protocolos de Inteligência de Segurança Pública.	- Padronizar os documentos de Inteligência entre os órgãos e agências. - Permitir o compartilhamento de dados, informações e/ou conhecimentos.	Por meio de capacitação de pessoal e designação de grupos de trabalho interagências.	Ch Dir Intlg SESEG SEDEC SEAP OSP	Até 31 Out 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SESEG SEDEC SEAP OSP

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.

Descrição da Meta 3.1.3:

- Estabelecer protocolos de cooperação com as Prefeituras do Estado do RJ que possuem Guarda Municipal

Indicador de desempenho:

- Quantidade de Prefeituras com as quais foram estabelecidos protocolos de cooperação.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Secretário de Estado de Segurança e Secretários de Ordem Pública das Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro que possuem Guarda Municipal

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.3.1	Elaborar protocolos de cooperação com as prefeituras do Estado do RJ que possuem Guardas Municipais.	Contribuir nas atividades de segurança pública.	Por meio de mapeamento das atividades de segurança pública, nas quais as guardas municipais podem contribuir.	SESEG Prefeituras Municipais	Até 31 Dez 18	Sem custo.	CICC Pref Mun

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.							
Descrição da Meta 3.1.4: - Estabelecer Protocolos de Cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal							
Indicador de desempenho: - Publicação dos protocolos de cooperação estabelecidos com a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF)							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018							
Responsável: Secretário de Estado de Segurança do Estado do RJ.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.4.1	Elaborar protocolos de cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal	Contribuir para a articulação de órgãos federais, na área de segurança pública.	Por meio de mapeamento das atividades de segurança pública, nas quais as PF e PRF podem contribuir.	SESEG PF PRF	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SESEG PF PRF

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.

Descrição da Meta 3.1.5:

- Transferir a responsabilidade pela fiscalização dos "ferros velhos" do DETRAN para os OSP do Estado (PMERJ e PCERJ)

Indicador de desempenho: Publicação da reedição do Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: SESEG

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.5.1	Reeditar o Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro, transferindo a responsabilidade do DETRAN para os OSP (PMERJ e PCERJ)	Aumentar a efetividade na fiscalização dos "ferros velhos" e desmanches no Estado do RJ.	Revedo a legislação existente e estabelecendo novos acordos entre a SESEG e o DETRAN.	Ch Ass Jurd SESEG DETRAN	Até 31 Dez 18	Sem custo	SESEG DETRAN

Estratégia: Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.

Descrição da Meta 3.1.6:

- Organizar o Gabinete de Intervenção Federal

Indicador de desempenho: Aprovação da estrutura regimental e do quadro demonstrativo de cargos.

Prazo: até 31 de maio de 2018.

Responsável: Chefe da SIF e Ass Jurd do GIF.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.1.6.1	Estruturar em meios (pessoal e material) o Gabinete de Intervenção Federal.	Conduzir o planejamento e execução das ações do GIF.	Estabelecendo as áreas funcionais e atribuições das Diretorias e Assessorias do Gif. Definindo a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos	Ch SIF Ass Jurd GIF	Até 31 Maio 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	CICC PDC

Estratégia: Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.							
Descrição da Meta 3.2.1: - Migrar o Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)							
Indicador de desempenho: - Publicação do ato que consolida a migração do banco de dados.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Sub Secretário de Comando e Controle SESEG e DETRAN.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.2.1.1	Realizar a migração do Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)	Contribuir para a consulta relacionada à segurança pública e proteção dos dados.	Por meio do estabelecimento de Decreto estadual, migração de "software" e atualização de "hardwares" necessários.	Ch Dir Plj/Op SESEG DETRAN	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	CICC DETRAN

Estratégia: Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.

Descrição da Meta 3.2.2:

- Renovar a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do CICC

Indicador de desempenho:

- Apresentação do Projeto de Renovação da Infraestrutura de TIC do CICC.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Subsecretário de Comando e Controle da SESEG.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.2.2.1	Renovar a Infraestrutura de TIC do CICC.	Para aperfeiçoar a capacidade de C2 do CICC.	Por meio de: - desenvolvimento de aplicativos necessários ao funcionamento do sistema de C2, a aquisição de "hardwares" e equipamentos de comunicações; e - contratação de pessoal.	Ch Dir Plj/Op SubSecret/ SESEG	Até 31 Out 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	CICC

Estratégia: Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.

Descrição da Meta 3.2.3:

- Integrar as chamadas de emergência (190, 193, 197 e 199) do Estado do RJ em um sistema unificado (190).

Indicador de desempenho:

- Aplicação do sistema desenvolvido

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Subsecretário de Comando e Controle da SESEG.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
3.2.3.1	Desenvolver um sistema unificado de chamadas de emergência	Proporcionar economicidade, aumentar a efetividade e centralizar as chamadas de emergência em um sistema unificado (190).	Por meio do desenvolvimento de "softwares" necessários ao funcionamento do sistema unificado de chamadas de emergência.	Ch Dir Plj/Op SubSecret/ SESEG	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	CICC

OBJETIVO ESTRATEGICO - OE/04*Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública do Estado do RJ***1. Fatores Críticos de Sucesso**

- 1 - Reorganização da arquitetura da Segurança Pública Estadual; e
- 2 - Revitalização dos Princípios, Crenças e Valores (Éticos e Morais) Institucionais nos diversos OSP.

2. Estratégias (Obs: As estratégias tanto podem atender a mais de um FCS, como pode haver mais de uma estratégia que contemple um mesmo FCS)

- 1 – Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- 2 - Sistematizar visitas e inspeções corporativas;
- 3 - Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nos OSP;
- 4 - Aperfeiçoar a Gestão Financeira dos OSP, SEAP e SEDEC; e
- 5 - Melhorar o relacionamento e a imagem dos OSP junto à população.

3. Metas (Estabelecidas para as Estratégias adotadas)

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.							
Descrição da Meta 4.1.1:							
- Fortalecer as atividades de correição nos OSP e na SEAP							
Indicador de desempenho:							
- Publicação dos atos de substituição e reforço de pessoal das Corregedorias.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Corregedores da PMERJ, do CBMERJ, da PCERJ e da SEAP.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.1.1	Rever o diploma legal que confere competências e independência ao corregedor.	Aperfeiçoar o sistema correcional nos OSP, SESEG e SEAP.	Por meio de constituição de grupos de trabalho das corregedorias existentes nos OSP, SESEG e SEAP.	Ch Ass Jurd Corregedores da SESEG, dos OSP e da SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SESEG OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.2:

- Capacitar adequadamente o pessoal responsável pelo Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC

Indicador de desempenho:

- Índice de capacitação do pessoal responsável pelo Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Assessor de Administração e Finanças da SIF

Necessidade de capacitação: sim.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.2.1	Realizar curso de capacitação necessário ao Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.	Aperfeiçoar o Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.	Em parceria com o Tribunal de Contas do Estado.	Ass Adm/Fin SESEG OSP SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP, SESEG, SEAP e SEDEC

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.3:

- Aprimorar estruturas logísticas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP.

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato de reorganização das estruturas logísticas nos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e SEAP.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Comandantes dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.3.1	Aperfeiçoar estruturas logísticas.	Aumentar a eficiência logística dos OSP e da SEAP.	Por meio do aperfeiçoamento de processos, aquisição de materiais e capacitação de pessoal.	Ch Dir Log OSP SESEG SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.4:

- Promover a articulação das agências/órgãos de Inteligência dos OSP, da SESEG, da SEDEC e da SEAP.

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato regulatório da integração

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Chefe da Diretoria de Inteligência da SIF, Chefe da SSINTE/SESEG, CI/PMERJ, BM 2/CBMERJ, ASSINPOL e SISPEN.

Necessidade de capacitação: sim; por meio de cursos/estágios visando à capacitação de pessoal da área de Inteligência dos OSP, SESEG e SEAP.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.4.1	Articular as agências/órgão de Inteligência da SESEG, SEDEC, SEAP e OSP nos níveis das RISP/AISP.	Aperfeiçoar o sistema de Inteligência dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP, a fim de permitir uma efetiva troca de informações/conhecimentos.	Por meio da padronização de processos/documentação e melhoria da infraestrutura (plataforma única de TIC) das agências/órgãos existentes nos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.	Ch Dir Intlg SESEG OSP SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SESEG OSP SEDEC SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.5:

- Estabelecer protocolos de Comunicação Social interagências.

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato regulatório.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Chefe da Assessoria de Comunicação Social do GIF e Assessores de Comunicação Social das Secretarias Intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP) e dos OSP.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.5.1	Elaborar protocolos de Comunicação Social interagências.	Para promover a sinergia no ambiente informacional	Por meio de reuniões interagências, promovendo o alinhamento de discurso de Com Soc dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.	Ch Ass Com Soc SESEG OSP SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	GIF SESEG OSP SEDEC SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.6:

- Planejar a reorganização administrativa nos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.

Indicador de desempenho:

Publicação do Ato normativo da reorganização administrativa dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e Secretarias Intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP).

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Chefes das estruturas administrativas das Secretarias Intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP) e dos OSP.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.6.1	Reorganização das estruturas administrativas e otimização de processos dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.	Visando a economicidade e efetividade das atividades administrativas.	Por meio da gestão de processos.	Ass Adm Fin OSP SESEG SEDEC SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SESEG SEDEC SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.7:

- Inserir os órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato de inserção dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Subsecretário de Comando e Controle da SESEG e Assessor de Administração e Finanças da SIF.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.7.1	Normatizar a contribuição dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de pagamento de despesas de custeio.	Dividir o pagamento das despesas de custeio entre todos os órgãos/agências usuários do CICC.	- Estabelecendo cotas de participação no pagamento com base na fração ideal atribuída aos órgãos/agências usuários do CICC.	Ass Adm Fin Subsect C2/SESEG	Até 31 Dez 18	Sem custo	CICC

Estratégia: Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição da Meta 4.1.8:

- Inserir os órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos.

Indicador de desempenho:

- Publicação do ato de inserção dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Subsecretário de Comando e Controle da SESEG e Chefe das Diretorias de Planejamento/Operações e de Inteligência da SIF.

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.1.8.1	Normalizar a contribuição dos órgãos/agências usuários do CICC na sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos	Aperfeiçoar a sistemática de compartilhamento de informações/conhecimentos entre todos os órgãos/agências usuários do CICC.	Por meio de estabelecimento de protocolos e acordos de cooperação.	Ch Dir Pij/Op Ch Dir Intlig Subsect C2/SESEG	Até 31 Dez 18	Sem custo	CICC

Estratégia: Sistematizar visitas e inspeções corporativas.							
Descrição da Meta 4.2.1: - Realizar visitas e inspeções em OM e Estabelecimento de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ							
Indicador de desempenho: - Índice de visitas e inspeções realizadas em OPM e Estabelecimento de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ							
Prazo: até o mês de novembro de 2018.							
Responsável: Assessor de Planejamento da SIF							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.2.1.1	Visitar e Inspeccionar BPM e Estabelecimentos de Ensino da PMERJ, DP/CORE/ACADEPOL da PCERJ e Sistema Penitenciário do RJ	Verificar as necessidades das organizações que compõem os OSP do Estado RJ para ampliar a "consciência situacional" dos "gargalos" (principais deficiências).	Em consonância com as ações emergenciais relacionadas às Ações de Segurança Comunitária.	Ch Dir SIF	Até Nov18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	OSP SEAP

Estratégia: Sistematizar visitas e inspeções corporativas.

Descrição da Meta 4.2.2:

- Realizar visitas em Instituições de Segurança Pública (PM, PC e Sistema Penitenciário) de outros Estados da Federação.

Indicador de desempenho:

- Quantidade de visitas realizadas.

Prazo: até o fim do mês de novembro de 2018.

Responsável: Chefe da Secretaria de Intervenção Federal

Necessidade de capacitação: não.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.2.2.1	Visitar instituições de Segurança Pública (PM, PC e Sistema Penitenciário) de outros Estados da Federação.	Identificar a estruturação da segurança pública e as melhores práticas de Secretarias, Superintendências e OSP de outros Estados da Federação.	Por meio de visitas agendadas em Secretarias, Superintendências e OSP de outros Estados da Federação, que possuem "boas práticas" de organização e de gestão.	Integrantes da SIF e representantes dos OSP e SEAP (RJ)	Até Nov 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	Estados da Federação

Estratégia: Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nos OSP.							
Descrição da Meta 4.3.1:							
- Realizar formaturas e organizar eventos em todas as datas cívicas e comemorativas Nacionais, Estaduais e Corporativas							
Indicador de desempenho:							
- Quantidades de atividades cívicas e formaturas conduzidas pelos OSP							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Comandante da PMERJ, Chefe da PCERJ e Secretários de Estado (SESEG, SEDEC e SEAP).							
Necessidade de capacitação:							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.3.1.1	Elaborar um planejamento anual de eventos cívicos a serem conduzidos pelos comandos e chefias dos OSP, em todos os níveis	Para estimular a demonstração de valores éticos e morais, o culto a vultos históricos e o respeito às tradições organizacionais, em especial a hierarquia e a disciplina, enaltecendo a relevância do sentimento de orgulho profissional.	Planejando um calendário anual de eventos cívicos e de condecoração de profissionais de segurança, a serem conduzidos pelos OSP.	SESEG OSP SEAP	Até 31 Dez 18	Sem custo	OSP

Estratégia: Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nos OSP.							
Descrição da Meta 4.3.2: - Realizar cursos de liderança para núcleos de capacitação em todos os OSP e SEAP							
Indicador de desempenho: - Quantidade de cursos de liderança realizados para os núcleos de capacitação em todos os OSP, SEAP e SEDEC.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Comandante da PMERJ, Chefe da PCERJ e Secretários de Estado (SESEG, SEDEC e SEAP).							
Necessidade de capacitação: sim; realização de cursos de liderança para núcleos de capacitação em todos os OSP e SEAP							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.3.2.1	Ministrar cursos de liderança para núcleos de capacitação em nos OSP e SEAP.	Aperfeiçoar a Ação de Comando e desempenho funcional.	Por meio de entendimento do Ch Dir Pes da SIF com o DECEX/ECEME.	Ch Dir Pes SESEG SEDEC SEAP OSP	Até 31 Dez 18	Sem custo	DECEX/ ECEME

Estratégia: Aperfeiçoar a Gestão Financeira dos OSP, SEAP e SESEG.							
Descrição da Meta 4.4.1: - Normalizar a gestão financeira dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.							
Indicador de desempenho: - Realização dos pagamentos de pessoal.							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Assessor de Administração e Finanças da SIF, OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.							
Necessidade de capacitação: sim; realização de cursos de liderança para núcleos de capacitação em todos os OSP e SEAP.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.4.1.1	Coordenar com o Governo do Estado o pagamento de salários e benefícios atrasados aos profissionais de Segurança Pública do Estado	Contribuir para o aumento da motivação dos profissionais de segurança e estimular o atingimento de metas estabelecidas pelos órgãos.	Por meio da intermediação com o Gov. Estado RJ, em particular com a Secretaria de Fazenda.	Ass Adm Fin SESEG OSP SEDEC SEAP	Até 31 Maio 18	Dentro do limite orçamentário do Estado do RJ	Gov. Estado

Estratégia: Melhorar o relacionamento e a imagem dos OSP junto à população..							
Descrição da Meta 4.5.1: - Quantificar a percepção de segurança da população nas áreas que foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária							
Indicador de desempenho: - Resultado de pesquisa realizada junto à população nas áreas onde foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Chefe da Diretoria de Planejamento e Operações da SIF e Chefe da Assessoria de Comunicação Social do GIF							
Necessidade de capacitação: sim; realização de cursos na área de gestão e de atendimento ao público.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
4.5.1.1	Medir a percepção de segurança da população	Possibilitar o Controle da Ação Planejada e reorientar as ações.	Por meio da realização de pesquisas de opinião junto à população local.	Ch Dir Plj/Op Ass Com Soc/ GIF	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	Nas áreas onde foram realizadas as Ações de Segurança Comunitária

OBJETIVO ESTRATEGICO - OE/05

Melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional

1. Fatores Críticos de Sucesso

1 - Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira.

2. Estratégias (Obs: As estratégias tanto podem atender a mais de um FCS, como pode haver mais de uma estratégia que contemple um mesmo FCS)

- 1 – Reorganizar a estrutura organizacional e de gestão da SEAP; e
- 2 - Modernizar a infraestrutura do sistema prisional do estado.

3. Metas (Estabelecidas para as Estratégias adotadas)

Estratégia: Reorganizar a estrutura organizacional e de gestão da SEAP.							
Descrição da Meta 5.1.1:							
- Apresentar uma nova estrutura organizacional da SEAP							
Indicador de desempenho:							
- Publicação da estrutura organizacional no Diário Oficial do Estado (DOE).							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Secretário de Estado de Administração Penitenciária.							
Necessidade de capacitação: não.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
5.1.1.1	Estabelecer uma nova estrutura organizacional da SEAP	Contribuir para melhorar a qualidade e a gestão do sistema prisional	Por meio da elaboração de decreto e publicação em DOE	Ass Jurd SEAP	Até 31 Dez 18	Sem custo	SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura organizacional e de gestão da SEAP.**Descrição da Meta 5.1.2:**

- Adequar os processos de gestão à nova estrutura organizacional

Indicador de desempenho:

- Definição dos Macroprocessos da SEAP.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Necessidade de capacitação: não

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
5.1.2.1	Confeccionar o Regimento Interno da SEAP, de acordo com a nova estrutura organizacional.	Regular as atribuições das diversas divisões que compõem a nova estrutura organizacional da SEAP.	Por meio do mapeamento de processos e definição de responsabilidades.	Secret Adm Pen Ch Ass Jurdc/GIF	Até 31 Jul 18	Sem custo	GIF SEAP

Estratégia: Reorganizar a estrutura organizacional e de gestão da SEAP.**Descrição da Meta 5.1.3:**

- Contribuir para a regulamentação do fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP

Indicador de desempenho:

- Celebração de contrato de fornecimento de alimentação

Prazo: até 31 de julho de 2018.

Responsável: Subsecretário de Infraestrutura da SEAP e Assessor de Administração e Finanças da SIF

Necessidade de capacitação: não

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
5.1.3.1	Contratar empresa(s) que atenda(m) os requisitos para o fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP	Regularizar o fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP.	Por meio do celebração de contrato de fornecimento de alimentação para apenados e servidores da SEAP.	Subsecret Infraestrutura da SEAP Assessor Adm Fin/SIF	Até 31 Jul 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	GIF SEAP

Estratégia: Modernizar a infraestrutura do sistema prisional do estado

Descrição da Meta 5.2.1:

- Confeccionar um Plano de Obras e Serviços da SEAP

Indicador de desempenho:

- Publicação do Plano.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Responsável: Secretario de Estado de Administração Penitenciária

Necessidade de capacitação: sim.

PLANOS DE AÇÃO

Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
5.2.1.1	Gerenciar o Patrimônio e as Infraestruturas da SEAP), contemplando a melhoria das infraestruturas, realização de pequenas obras e reparos nas instalações da SEAP.	Controlar o patrimônio e a infraestrutura, melhorando o ambiente organizacional.	- Capacitando pessoal em gestão de patrimônio e estabelecendo parceria com a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) do EB. - Contratando serviços de manutenção de instalações	SEAP	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SEAP

Estratégia: Modernizar a infraestrutura do sistema prisional do estado							
Descrição da Meta 5.2.2:							
- Estruturar um sistema de Comando e Controle na SEAP							
Indicador de desempenho:							
- Publicação do ato regulatório							
Prazo: até 31 de dezembro de 2018.							
Responsável: Secretário de Estado de Administração Penitenciária e Subsecretário de Comando e Controle da SESEG.							
Necessidade de capacitação: sim.							
PLANOS DE AÇÃO							
Nº	O quê?	Por que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Onde?
5.2.2.1	Monitorar os deslocamentos de condenados que cumprem medidas cautelares diversas à prisão e que utilizam tornozeira eletrônica.	Acompanhar em "tempo real" os deslocamentos de condenados que cumprem medidas cautelares diversas à prisão e que utilizam tornozeira eletrônica.	Por meio da estruturação de um sistema de monitoramento na SEAP integrado ao CICC.	Secretaria de Administração Penitenciária Subsecretaria de Comando e Controle da SESEG	Até 31 Dez 18	De acordo com o Plano de Execução Orçamentária da Intervenção Federal	SEAP CICC
5.2.2.2	Estruturar um sistema de monitoramento de câmeras nas unidades prisionais	Monitorar a rotina dos presos nas unidades prisionais.	Por meio da instalação de um circuito fechado de TV nas unidades prisionais (CFTVUP).	Secretaria de Administração Penitenciária			SEAP 2º CTA (EB)
5.2.2.3	Monitorar deslocamentos de viaturas de transporte de presos do GSE/GIT (SOE).	Acompanhar em "tempo real" os deslocamentos de viaturas de transporte de presos, a cargo do GSE/GIT (SOE).	Por meio da estruturação de um sistema de monitoramento de viaturas na SEAP integrado ao CICC.	Secretaria de Administração Penitenciária Subsecretaria de Comando e Controle da SESEG			SEAP CICC

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Intervenção Federal realizará por meio de suas diretorias, representando as diversas áreas funcionais, o acompanhamento da execução deste plano por meio de avaliação e controle das ações planejadas. Para isso caberá ao gestor/responsável de cada Plano de Ação manter os status de execução do referido plano atualizado perante a SIF nos prazos estabelecidos em cronograma específico.

Os Planos de Ação e seus planos setoriais deverão contemplar em seu planejamento todos os recursos necessários à sua execução, em estreita ligação com a diretoria de acompanhamento responsável pela respectiva área. As necessidades de recursos deverão ser pontuadas por natureza de despesa. O Plano de Execução Orçamentária será elaborado pela Secretaria de Administração e Finanças e disponibilizado oportunamente.

Destaca-se que esse Planejamento Estratégico contempla diversos aspectos presentes no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 02 de julho de 2015. O Estado, por meio da PMERJ realizará o acompanhamento e controle do cumprimento das cláusulas do citado acordo, reportando isso no seu planejamento.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2018.



General de Exército Walter Souza Braga Netto
Interventor Federal na área de Segurança Pública-RJ

Anexo "A" - ANÁLISE DA MATRIZ SWOT (DOFA)



**GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – GIF/RJ



ANEXO “A” ao Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

ANÁLISE DA MATRIZ SWOT (DOFA)

Matriz SWOT (DOFA) resumida, referente ao diagnóstico estratégico da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do RJ.

	PESO	OPORTUNIDADES								TOTAL	Valor máximo	AMEAÇAS													TOTAL	VALOR MÁXIMO	Somatório do Máximo	TPV
		1	2	3	4	5	6	7	8			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13				
Pontos Fortes	1	6	6	1	6	3	3	3	6	204	228	18	18	36	36	6	6	6	18	6	6	18	6	36	216	468	636	420
	2	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	3	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	4	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	5	1	6	6	1	6	3	3	3	34	228	3	3	6	6	1	1	1	3	1	1	3	1	6	36	468	636	70
	6	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	7	1	6	6	1	6	3	3	3	34	228	3	3	6	6	1	1	1	3	1	1	3	1	6	36	468	636	70
	8	1	6	6	1	6	3	3	3	34	228	3	3	6	6	1	1	1	3	1	1	3	1	6	36	468	636	70
	9	1	6	6	1	6	3	3	3	34	228	3	3	6	6	1	1	1	3	1	1	3	1	6	36	468	636	70
	10	6	36	36	6	36	18	18	18	204	228	18	18	36	36	6	6	6	18	6	6	18	6	36	216	468	636	420
TOTAL		108	108	28	108	84	84	84	952	228	84	83	126	126	21	21	21								126	588		1470
VALOR MÁXIMO		360										360																
Pontos Fracos	1	6	36	36	6	36	18	18	18	204	228	18	18	36	36	6	6	6	18	6	6	18	6	36	216	468	636	420
	2	6	36	36	6	36	18	18	18	204	228	18	18	36	36	6	6	6	18	6	6	18	6	36	216	468	636	420
	3	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	4	3	18	18	3	18	9	9	9	102	228	9	9	18	18	3	3	3	9	3	3	9	3	18	108	468	636	210
	5	1	6	6	1	6	3	3	3	34	228	3	3	6	6	1	1	1	3	1	1	3	1	6	36	468	636	70
										0	228														0	468	636	0
TOTAL		114	114	18	114	57	57	57	540	228	57	57	114	114	18	18	18	57	18	18	57	18	114	584	468	636	1330	
VALOR MÁXIMO		100										100																
Somatório do Máximo		540										540																
TOTAL POR VARIÁVEL (TPV)		282	282	47	282	141	141	141	282	1598	141	120	240	240	40	40	40	57	19	19	57	19	240	1272			2870	

Fonte: Equipe de Planejamento e Gestão do GIF/RJ, 2018.

Da análise do cruzamento dos aspectos relacionados na matriz swot ao lado representada, visualiza-se uma radiografia da situação atual e das perspectivas de evolução dos ambientes interno e externo, permitindo definir a projeção de uma situação desejada para o futuro, a seguir apresentada.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2018.


General de Exército Walter Souza Braga Netto
 Interventor Federal na área de Segurança Pública-RJ



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-64844-02-5
9 788564 844025

Apoio

Edição

